



IV Legislatura
II Sessão legislativa

Número: 29
Segunda-Feira, 27 de Novembro de 1989

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

S U M A R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

No **Período da Ordem do Dia** iniciaram-se os debates da **interpelação ao Governo**, requerida pelo PS, os quais versaram sobre temas de política geral.

Usou da palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS).

Na sequência da sua intervenção intervieram, a diverso título, os Srs. Secretários Regionais das Finanças e Planeamento, *Gualter Furtado*; da Administração Interna, *Costa Neves*; da Educação e Cultura, *Aurélio da Fonseca*; bem como os Srs. Deputados Francisco Sousa (PS), José Carlos Simas (PSD), Francisco José Silva (PSD), Paulo Valadão (PCP), António Silveira (PSD), Gaspar da Silva (PSD) e Manuel Valadão (PSD).

Os trabalhos terminaram às 19,40 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira,

António Varão, Artur Martins, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Álvaro Pacheco, Madruga da Costa, Melo Alves, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, José Artur Correia, Tomaz

Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Dionísio Medeiros, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Carlos Pinto, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Renato Leal, Rogério Serpa, Victor Ramos; **PCP** - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 45 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o **Período da Ordem do Dia**.

Foi acordado na Conferência, nos termos regimentais, que a divisão dos tempos para a interpelação seria a seguinte:

PSD - 2h e 30m

PS - 2h e 30m

Governo - 2h e 30m

CDS - 48m

PCP - 32m

Nos termos regimentais, tem a palavra um dos Srs. Deputados proponentes da interpelação. Neste caso, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para fazer a sua intervenção inicial do debate.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A necessidade política desta interpelação do PS ao Governo Regional justifica-se pela exigência democrática elementar de, nesta Assembleia, instância fiscalizadora do Governo, se abrir caminho para a análise da dimensão exacta de um fracasso.

O fracasso da política geral deste 1º ano de exercício do IV Governo Regional do PSD.

Hoje ninguém se atreve a negar este fracasso.

Ele já foi assumido mais ou menos abertamente, nuns casos, mais ou menos veladamente noutros, mesmo por deputados da maioria, com intervenções proferidas desta tribuna durante a recente discussão do Plano e Orçamento para 90.

O próprio Governo Regional acaba por reconhecê-lo, ao apresentar nesta Assembleia uma proposta de alteração ao Orçamento e Plano para 89, constituída por anulações de verbas nos investimentos do Plano, da ordem global de 11,8% da dotação inicial prevista para o Plano, atingindo os sectores sociais em 14,5%, os sectores económicos em 9,7% e a Administração Regional e Local em 18,2%.

Faça-se desde já notar que aquelas anulações incidem exclusivamente sobre despesas

do Plano/89 pelo que a intenção apregoada nas páginas do Orçamento para 89, ou seja, (citando) "contenção do crescimento das despesas de funcionamento, mormente aquelas que apresentando menor rigidez na estrutura orçamental, pela sua natureza são susceptíveis de serem racionalizadas", (pág. 34) não passou disto mesmo, de uma mera intenção.

Apesar de esta intenção ser reafirmada por duas vezes, chegando-se mesmo ao ponto de considerar o Orçamento corrente como "instrumento privilegiado de contenção de despesas" (pág. 35). Mais ainda, classificando-se esta opção, como sendo "de fundo". E que se pretende "manter e desenvolver" (pág. 35). Faltou apenas trazê-la à superfície, pelos vistos continuou no fundo.

Para além de assumir o fracasso da política geral deste Governo traduzida na incapacidade de executar o Plano para 89, compromisso maior a que este Governo se obrigou perante esta Assembleia, interessa procurar medir a sua real dimensão e analisar as suas causas.

Para este efeito, impõe-se começar por desmistificar as artimanhas a que o Governo Regional recorreu para disfarçar o fracasso.

Como já referi na intervenção anterior a existência de 4 documentos sobre "Execução Financeira do Plano/89", uns deles cobrindo os mesmos períodos do ano, outros referentes a períodos diferentes e apresentando números com divergências notórias, suscita algumas questões que me parecem de relevar neste momento.

Vejamos este assunto com algum pormenor.

A páginas 63 do texto do Orçamento para 90, da responsabilidade da DROC - Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade é constituída pelo Quadro XI que tem como título - Despesas do Plano - e por subtítulos - Execução Orçamental/Despesas Autorizadas e entre parêntesis (de Janeiro a 30 de Junho) (classificação orgânica).

O quadro contém os montantes dispendidos e a percentagem de execução (percentagem do realizado) para o referido período deste ano (Janeiro a 30 de Junho) para cada departamento do Governo Regional, comparada com o montante gasto e respectiva percentagem do ano anterior.

Assim:

A Presidência do Governo dispendeu 29.060 contos, realizando 14,5% do total previsto para este ano, contra 24,9% em 1988.

Outro documento existe com a designação de "Relatório de Execução Semestral" e da

responsabilidade do DREPA.

Neste outro documento, que corresponde exactamente à execução de Janeiro a Junho, o mesmo departamento que foi referido - a Presidência do Governo Regional - é o único que aponta as mesmas verbas, ou seja, 29.060 contos, percentagem de 14.5% realizado contra 24,9% em 88.

No primeiro dos documentos, do texto do Orçamento, segue-se-lhe a Secretaria Regional da Administração Interna com um dispêndio de 17.067 contos, ou seja, 1,1% contra 25,7% em 88. Essa mesma Secretaria aparece no documento do DREPA com o dispêndio, não de 17.067 contos, mas de 59.801 contos, ou seja 4%.

A Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, no texto do Orçamento, teria executado 11.819 contos, ou seja 6,6% contra 4% em 88. No documento do DREPA aparece como tendo executado 14.658 contos, ou seja, 8,1%.

Segue-se-lhe a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos como tendo executado, no texto do Orçamento, 42.271 contos, ou seja, 3,3%, que no documento do DREPA aparece como tendo executado 64.869 contos, ou seja, 5,1%.

A Secretaria Regional da Educação e Cultura, no primeiro texto, aparece como tendo dispendido 230.174 contos, mas o valor apresentado no texto do DREPA aproxima-se com uma diferença de 8 mil contos apenas - e a percentagem de execução subindo apenas, por isso mesmo, para 11,6%.

A Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social aparece no texto do Orçamento como tendo executado 770 contos, ou seja, em termos de percentagem, 0,0% e no texto do DREPA dá um salto quase milagroso para o mesmo período de 908.779 contos, ou seja, uma execução de 41,3%.

Na Secretaria Regional da Economia a diferença é de 30% para 35,6%.

Na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas a diferença é de 11,7% para 20,3%.

Na Secretaria Regional do Turismo e Ambiente o salto é de 14%, para o mesmo período, passando para 21,8% no relatório do DREPA.

Finalmente, a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, dando um salto de 900 mil contos para 1.295 mil contos, ou seja de 11,6% para 16,5%.

O total também, como é óbvio, difere nos dois textos: no primeiro o total geral de "Despesas Autorizadas" no Plano seria de 4.321.283 contos, ou seja, uma execução glo-

bal de 14%; no segundo esta mesma verba sobe 6.817.720 contos, ou seja, uma execução de 22,1%.

Há aqui algo de importante a carecer de esclarecimento.

Em 1989, de Janeiro a 30 de Junho, o IV Governo Regional investiu na Região e dispendeu 6.817.720 contos, ou seja 22,1% dos 30.880.000 contos que previu no Plano para 89 como diz o DREPA, ou somente 4.321.283 contos correspondentes a 14% como afirma a DROC?

A diferença de 2.496.437 contos não pode ser considerada irrelevante, ou seja uma diferença de 8% na execução financeira de um Plano, em dois documentos do Governo respeitantes ao mesmo período, é inaceitável.

Deixando, por agora, irresolvida e inexplicada esta diferença, detinhamo-nos nas explicações que constam dos documentos para o insucesso na execução financeira do Plano para o ano que ainda decorre.

Na Nota Prévia do Relatório de Execução do 1º Semestre de 89, diz-se:

"A aprovação do Plano em finais de Março, e sua posterior publicação no Diário da República a 3 de Julho do corrente ano, teve, como consequência, atrasos nas execuções financeiras de alguns empreendimentos".

Esta explicação que pretende ficar para a história, seguindo a regra de quem domina o passado, domina também o presente e dominará igualmente o futuro, não tem qualquer ligação com a realidade.

Procura, pelo contrário esconder a realidade por trás de uma explicação de carácter meramente formalista.

Só mesmo a avestruz que é o Governo Regional e os seus zelosos escribas do DREPA é que se poderiam lembrar deste montículo de areia, para esconder a cabeça.

Em primeiro lugar, o Plano 89 só é aprovado em Março porque o Governo Regional o entrega na Assembleia no limite do prazo legalmente permitido para o efeito.

Não pode é vir agora invocar esta demora como escusa para a não execução do Plano. Se esta razão fosse a verdadeira justificação dos atrasos na execução, ele apenas seria duplamente responsável pela não execução e por não ter previsto a consequência daquela entrega tardia.

A publicação em Julho pelo Diário da República é também irrelevante.

Antes de tudo, porque sempre que há interesse nisso, é possível conseguir a publicação de qualquer diploma no Diário da República com prazos muito mais curtos.

A publicação da Orgânica do Governo é um exemplo. A publicação bem recente do novo Regimento desta Assembleia é outro. Recorde-se que a Orgânica do Governo Regional foi aprovada nesta Assembleia em 22 de Novembro e a sua publicação foi feita em 28 de Novembro. O Regimento desta Assembleia foi aprovado em 28 de Setembro e a sua publicação no Diário da República em 18 de Novembro. O Programa do Governo foi aprovado nesta Assembleia em 15 de Dezembro e a sua publicação no Diário da República pela Resolução 1/89/A, foi feita em 10 de Janeiro. Recorde-se ainda que o Plano e Orçamento foram aprovados em 18 de Março; a publicação do Orçamento de 89 data de 16 de Abril; a publicação do Plano data de 3 de Julho.

Além do mais, nestas matérias é perfeitamente possível dar efeitos jurídicos retroactivos a qualquer diploma.

Não temos nós, para apreciação e aprovação nesta Assembleia, no fim de Novembro, uma proposta de alteração do Orçamento e do Plano de 89, cujo artigo 4º propõe precisamente que ela produza efeitos a partir de 1 de Novembro - passado já, portanto.

Mas mesmo que não se desejasse recorrer a este estratagema, não faltou ao Governo Regional imaginação para resolver este problema sempre que o entendeu útil ou oportuno.

A II Série do Jornal Oficial da Região, pelo menos até ao mês de Maio do corrente ano, está cheia de exemplos em que o Governo Regional se socorre da cobertura legal dos programas do Plano para 88, para processar verbas do Plano e de Orçamento de 89.

Vejamos um exemplo, altamente elucidativo.

No número 19, da II Série do Jornal Oficial de 11-5-89, o Governo Regional, através do Secretário Regional do Turismo e Ambiente, atribui dois subsídios (um de 30.000 contos e outro de 75.000 contos), correspondentes à 6ª e 7ª tranche do subsídio total de 372.015 contos, atribuído à "Sociedade Açores 2.000" e que irá "ser processada pela verba inscrita no Capítulo 40, com classificação económica 40.99, Programa 54 - Apoio à Indústria Turística do Orçamento da SRTA, para o corrente ano".

Como se vê, neste caso, houve a imaginação suficiente para considerar, do corrente ano, um programa - o 54 de "Apoio à Indústria Turística - que pertencia ao PMP 85/88.

Como todos sabemos, a única razão para os atrasos do Governo na execução financeira

do Plano para 89 está expressa noutros documentos.

Está expressa nas sucessivas Resoluções do Governo Regional que prorrogaram e diferiram até 31 de Maio o pagamento das despesas do ano económico anterior.

Foram as aventuras financeiras de 88, a total anarquia financeira em que se deixou cair o III Governo Regional por razões eleitoralistas que leva o actual Governo a estar prisioneiro de um ciclo vicioso de deferir para cada vez mais tarde no ano seguinte, o desregramento financeiro do ano anterior.

Sendo mesmo de rezear que o Governo desta maioria se chegasse a ter longevidade suficiente para isso, acabasse por conseguir um ano zero de investimento, porque só no último mês do ano seguinte conseguiria satisfazer os compromissos financeiros assumidos no ano anterior.

É natural que esta situação seja ridícula, mas já não será tão ridícula se pensarmos que mesmo este ano essa situação não foi até ao ano zero mas foi até a um investimento que no fim de Outubro será apenas de 50%, segundo os números do Governo Regional para o Plano de 89. O ano zero vem efectivamente a correr.

E, nesse caso, não deixaria de aparecer um serventuário qualquer do DREPA, para escrever para a história, que os calendários é que estavam enganados. Aquele ano, politicamente seria condenado à não existência. O que era necessário, seria reformar o calendário gregoriano e não a política financeira do Governo Regional. Restaria criar um calendário autonómico como a convenção criou o calendário republicano.

O que é inadmissível é que um documento que deveria ser de carácter técnico, como mero registo contabilístico que é, de despesas efectuadas, tenha o despudor de adiantar explicações de teor político com clara intenção de orientar antecipadamente a leitura dos quadros e dos números para a absolvição das responsabilidades do Executivo.

Este papel não compete a nenhum DREPA, por mais enfeudado que, organicamente, esteja o Executivo.

É verdade que, como diziam os antigos, mesmo em política a natureza aborrece o vazio.

E o que esta Assembleia tem feito, até hoje, em matéria de fiscalização do acompanhamento e execução do Plano, tem-se caracterizado pela omissão e pelo vazio total, mas não é ao DREPA que compete preenchê-lo.

Para que se tenha ideia da distância que

existe entre as obrigações que incumbem a esta Assembleia e a prática que tem sido seguida, cito o nº 2 do artigo 8º do Decreto Legislativo Regional 21/83/A - "Orgânica do Planeamento Regional":

"A execução do Plano Regional será acompanhada pelas comissões competentes da Assembleia Regional, as quais terão acesso a toda a informação necessária ao desempenho das suas atribuições, incluindo a que se encontrar no DREPA, sendo-lhes ainda facultado requerer ao Governo Regional o depoimento ou esclarecimentos técnicos ou serviços da Orgânica do Planeamento". Mas, voltando mais uma vez à pretensa explicação do DREPA, ela está mesmo contra a letra e o espírito daquilo que sobre a execução do Plano dispõe o nº 3 do artigo 12º do Decreto Legislativo Regional 3/88/A, que prevê mesmo a possibilidade do Plano ser posto em execução sem a aprovação do Orçamento.

O artigo 12º refere-se exactamente a esta situação - atraso na proposta do Orçamento - e dispõe, no seu nº 3, "Se a Assembleia Regional aprovar o Plano Anual não tendo aprovado o Orçamento e em sua execução forem autorizadas pelo Governo Regional despesas, estas poderão ser efectuadas ao abrigo daquela aprovação, enquanto não for aprovado o Orçamento".

É evidente que em face de todas estas disposições, as pretensas alegações oficiais do documento oficial que procura responsabilizar o Governo na Execução do Plano, está não só contra a lógica, está não só contra a verdadeira realidade, mas está também contra aquilo que dispõem as próprias normas legais de execução do Plano: pode mesmo ser executado, deve ser mesmo executado sem que o Orçamento tenha sido aprovado.

Não foi esta a situação. A publicação do Plano nem sequer é reclamada para a execução do mesmo: basta a sua aprovação, tal como, taxativamente, se dispõe no artigo que acaba de ser lido.

Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É altura de retomar o assunto com que iniciei esta intervenção, respeitante à discrepância de montantes e percentagens das despesas do Plano em documentos diferentes mas referentes ao mesmo período.

Concretamente, a execução financeira do Plano/89 que consta da pág. 63 do texto da proposta do Orçamento para 90, da responsabilidade da DROC, e a que consta da pág. 13 do Relatório de Execução do DREPA para o 1º Semestre do corrente ano.

O abreviado e apressado Relatório de Execução para o 3º Trimestre que o Governo Regional, num súbito desvelo informativo, nos atirou para cima das nossas bancadas parlamentares no decorrer da discussão do Plano e Orçamento para 90, poderá dar-nos alguma luz, senão mesmo toda a luz, sobre os escassos créditos que merecem estes Relatórios de Execução.

De notar, mais uma vez, a ligação óbvia que passou a estabelecer entre a execução do Plano/89 e o Plano de 90.

Era o ovo de Colombo. Tão óbvia que nós não temos a tendência para lhe agradecer a descoberta mas antes para nos irritarmos com ela.

É o que acontece com o PS e a sua ideia de interpelação. Todos se irritam e especulam com esta ideia "columbina" do PS.

A Nota Prévia do Relatório que pretende corresponder "à execução financeira do Plano para 1989, no período de Janeiro a Setembro, diz que tem por base "os compromissos assumidos pelas diferentes Secretarias Regionais" e por aí procura medir "o grau de execução financeira das acções programadas".

De seguida fala indiferentemente em valores dispendidos e em dispêndios (os sectores económicos "dispenderam", os sectores que realizaram maiores dispêndios) e em compromissos e em verbas "comprometidas" (na desagregação espacial, os compromissos foram canalizados, a Administração Regional e Local comprometeu...).

É evidente que esta identificação entre compromissos assumidos pelas Secretarias Regionais e execução financeira efectiva é abusiva e mistificadora.

O corrente ano de 89, em que o Governo deferiu e prolongou até 31 de Maio do corrente a execução financeira de compromissos assumidos durante o ano anterior é o melhor exemplo dessa diferença radical.

Só há execução financeira quando há um movimento de tesouraria ou, pelo menos, uma despesa autorizada.

É por esta razão que, neste momento só há conhecimento público da execução financeira do Plano/89 até 30 de Junho do corrente ano.

Os restantes dois documentos existentes, da responsabilidade do DREPA, referem-se apenas a compromissos que valem tanto como os compromissos que efectivamente este Governo já assumiu perante esta Assembleia, ao ver aprovado o Plano que lhes propõe para apreciação.

Só por esta razão, para tentar abrir cami-

nho à clarificação e à função fiscalizadora desta Assembleia, o PS realiza esta interpelação para pôr os pontos nos "is" em definitivo a esta situação e, por esta mesma razão, o PS apresentou uma proposta de resolução que procura que estes relatórios - que de execução apenas têm o nome - sejam apreciados, sejam submetidos a parecer na Comissão e sejam apreciados neste Relatório, como dispõe o Estatuto, no exercício de uma competência que esta Assembleia tem por disposição estatutária e regimental.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento pede a palavra para?...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): E só para prestar um esclarecimento muito breve.

Presidente: Eu pedia-lhe que prestasse depois esse esclarecimento porque, pelo nosso Regimento, deve usar agora da palavra um membro do Governo Regional.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Mas é só uma coisa muito rápida, que talvez ajude e nos poupe muito tempo.

Presidente: Sr. Secretário, o nosso Regimento não permite essa figura.

Assim sendo, pedia ao Sr. Presidente do Governo Regional que indicasse o membro do Governo que vai intervir.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No momento que marca a abertura do debate que decorre da interpelação ao Governo, promovida pelo Partido Socialista, é, certamente, oportuno trazer-vos algumas reflexões sobre o tão aliciante tema que a enforma - Política Geral.

Começo com as devidas e sentidas palavras de agradecimento ao Partido Socialista que o momento justifica - o Governo vai ter mais uma oportunidade para, perante os açorianos, apresentar o seu trabalho, os fundamentos das opções que tem feito, os resultados que tem obtido (que estão, afinal, à vista de todos).

O Governo vai ter, em suma, a oportunidade de, ao vazio programático das propostas do Partido Socialista, responder com as suas realizações, só possíveis porque têm, na sua base, muito diálogo; muito espírito de entrea-

juda, muita criatividade, plena identificação com a comunidade que servimos, profundo conhecimento da realidade açoriana.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: A pretensa alternativa Socialista, tão arrogante quanto pomposa, abstracta, insensata, ao deserto de ideias que o Partido Socialista ganhou o direito de simbolizar nos Açores, vamos contrapor a enunciação dos princípios que têm norteado o nosso trabalho - o nosso muito trabalho.

Estamos certos de que vamos, uma vez mais, comprovar a justeza das nossas ideias, demonstrar os resultados da nossa acção, tornar ainda mais nítidas as virtualidades do nosso projecto para os Açores.

Como vêem, são (e bem) devidas algumas palavras de agradecimento ao Partido Socialista.

Infelizmente, por aqui têm de ficar as palavras sempre simpáticas de agradecimento dirigidas à oposição.

E isto porque vamos ter de falar do que ela não quer falar.

Na verdade, esta interpelação subordinado ao grande tema "Política Geral" (não é de mais repeti-lo), merece da nossa parte a mais veemente denúncia quanto à sua inoportunidade, bem como quanto aos objectivos inconfessáveis que ela encerra.

Como me é usual, não me ficarei apenas, por declarações genéricas.

Vamos aos factos.

Esta interpelação é inoportuna. Discutimos até à saciedade, toda a semana passada, o Orçamento e o Plano para 1990.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Esse é, indiscutivelmente, um momento de privilégio para debater questões gerais, opções políticas, discutir alternativas, apresentar trabalho. Sempre assim tem sido (e bem) nesta Assembleia, aliás, como acontece em qualquer parlamento por esse mundo fora. É isto, certamente, que os nossos concidadãos esperam que aconteça nesse momento.

Foi isso que aconteceu, mas apenas porque, para isso, contribuíram o Governo, o PCP e o CDS. O Partido Socialista na aparente tentativa desajeitada de se reservar para a interpelação pouco disse - e o que disse foi o que se ouviu...

Agora vamos duplicar. Está o PS, desta forma, a contribuir para que este Parlamento tenha a imagem impoluta que merece e que tem de ter perante todos os açorianos?

Não! Não está!

O que vale é que os outros disso se encarregam.

Mas o Partido Socialista sabe que esta interpelação é inoportuna (especialmente quando feita nesta sessão legislativa), vazia de sentido, quer fosse antes, quer fosse depois da discussão do Orçamento e do Plano para 1990. Aliás, mesmo os outros partidos da oposição tiveram já a oportunidade de o afirmar também.

Porque se toma então esta atitude?

Porque se acredita que com as poucas munições de que dispõe poderia vencer a çortida?

Não! Não é por isso!

O Partido Socialista sabe, como nós sabemos, que as suas poucas munições são de pólvora seca. Não fazem estrago - mas podem fazer algum barulho - e isso é o que interessa ao Partido Socialista neste momento.

Mas porquê? Para quê?!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): A ver vamos!

O Orador: Se até é previsível que, tal como aconteceu no Continente, há bem pouco tempo, com uma moção de censura, também promovida pelo Partido Socialista, o Governo, também aqui, saia claramente vencedor?

A resposta é simples. É confrangedoramente simples.

Aquela bancada mais não está a fazer do que a tentar uma manobra de diversão que nos distraia, a todos nós açorianos, dos seus erros estratégicos, da sua falta de liderança, da sua fragilidade, da sua incapacidade para gerar o entusiasmo e a adesão dos açorianos.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Vamos ver isso no dia 17!

O Orador: Em suma, do vazio que representa.

Nada mais se deseja do que desviar a nossa atenção dos erros e das incapacidades que o caracterizam. E escondem tudo isso dos nossos olhos, exactamente nos momentos que antecedem as próximas eleições autárquicas - em cujo processo preparatório o desnorte foi total.

Só assim se percebe esta interpelação.

Afinal, o Partido Socialista mais não faz do que mostrar que acredita naquele velho ditado popular - "vão-se os anéis - fiquem os dedos!".

Duma só cajadada tenta esconder a sua fragilidade, apresentando como justificação para a ausência de intervenções durante a

discussão do Plano e do Orçamento (quando até nem as fez porque nada tem para dizer) e simultaneamente procura trazer, numa segunda fase (agora) para o primeiro plano da discussão política, tudo o que empurre para plano mais secundário (bem secundário) a incoerência do seu zigzagueante percurso quanto às próximas autárquicas.

Não o vai conseguir.

Deputado Fernando Fonte (PS): Lá vai campanha eleitoral!

O Orador: A vossa fragilidade será mais uma vez demonstrada. Fragilidade, aliás, que é a única razão que encontro para justificar a reacção atabalhoada que parte da intervenção que produzi a semana passada, nesta mesma Sala, provocou na bancada Socialista.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): A nós!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Total!

O Orador: Com ela - mexeu-se-lhe nas feridas.

Deputado Fernando Fonte (PS): Auto-convenido!...

O Orador: Ficou comprovado que o Partido Socialista não tem ideias, não tem propostas - é o vazio.

Apesar de tudo, devo confessar que nunca esperei que tão curta referência ao Partido Socialista pudesse produzir tanto estrago e tão grande desorientação.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Quem diria?!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E só presunção e água benta!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Essa é minha, Sr. Deputado!

O Orador: Só isso justifica que tenham saltado imediatamente inúmeros Deputados da respectiva bancada, entre os quais os líderes todos que estão na Região. E para dizerem o quê? Para contraporem ideias!? - Para falarem do seu projecto? - Para comprovarem o contrário do que tinha sido afirmado?

Não!

Para falarem do meu trabalho (de que, aliás, muito me honro).

Porquê?

Está bom de ver. Porque mais não podiam fazer.

Porque, também, não interessava que se falasse muito em autárquicas e nas opções do Partido Socialista quanto às listas de candidatos.

Aliás, se mais fosse necessário, bastaria ver como, naquela discussão do Plano, a oposição Socialista demonstrou a sua incapacidade.

Foram para além de duas horas de pergun-

tas (com que se questiona a acção dos outros mas não se apresentam alternativas) fizeram-se três intervenções. Repito, três intervenções. O Sr. Deputado Dionísio de Sousa que tentou provar que as receitas previstas no Orçamento eram sobreavaliadas.

Não estão! O passado demonstra que nós sabemos como é que devemos conduzir este processo.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O passado e a anulação!

O Orador: Vamos encontrar caminhos de resposta perfeitamente presentes na intervenção de encerramento dos debates proferida pelo Sr. Presidente do Governo.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já estava nos jornais!

O Orador: Aproveito para assinalar a contradição da intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa com intervenções proferidas pelo Deputado Europeu, Dr. Cunha de Oliveira. Ao mesmo tempo que somos acusados de sobreavaliar as nossas receitas, somos acusados por outro deputado de não termos capacidade para executar o que precisamos de executar com os dinheiros que nos vêm da C.E.E.. A contradição é absoluta.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mostre lá!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

O Orador: A intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa (2ª intervenção) vai com certeza merecer estudo de algum politólogo atento porque demonstra que a oposição desgasta ... e de que maneira!

Deputado Duarte Pires (PS): Mais do que o Poder! Custa muito mais ser da oposição!

O Orador: A intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart (3ª intervenção) foi sobre Pescas.

Sei de Pescas o que qualquer cidadão comum sabe; o que qualquer leitor de jornais, atento, sabe, e tudo o que o Sr. Deputado Martins Goulart disse, eu sinto-me em condições de dizer também.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É vaidoso! Faz tudo sozinho e sabe de tudo e mais alguma coisa!

O Orador: Fica provado não só que não têm respostas diferentes das nossas, como concordam que temos escolhido os melhores caminhos.

Aliás, na falta de terem trazido ideias para o debate - tivemos que ir a certos documentos (do "Governo Sombra") que são maus, muito maus para lhes contrapor a nossa posi-

ção.

Deputado Martins Goulart (PS): Não os conhece!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): São secretos!

O Orador: De qualquer forma foi o que se viu.

Deputado Martins Goulart (PS): Não conhece nada!

O Orador: Reafirmo: é o vazio!

Como é o vazio que decorre da intervenção que acabámos de ouvir.

Agora na interpelação ao Governo antecipa-se a discussão da revisão do Orçamento...

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Convenhamos que tudo isto é curto. É muito curto.

Convenhamos que tudo isto é pobre. Muito pobre.

Convenhamos que tudo isto é pouco. Muito pouco.

É esta a oposição que temos. Mas já que concluimos que o Partido Socialista não quer falar nas próximas eleições, na sua estratégia (têm?)...

Deputado Manuel Serpa (PS): Não têm!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Nós não temos nada!

O Orador: ...nem nas suas listas, vamos então nós fazê-lo!

Deputado Martins Goulart (PS): Nós é que estamos a fazer perguntas!

O Orador: Vamos então falar no que o Partido Socialista não quer que se fale.

Deputado Martins Goulart (PS): Mas quem é que interpela quem aqui hoje?

Orador: Deixe-me falar, Sr. Deputado.

Recordemos algumas das muitas insuficiências:

- Porque o Partido Socialista não tem ideias, faz coligações com a UDA/PDA, com o PPM, com a UDP, certamente à procura de um certo enriquecimento das suas próprias ideias e para temperar as coligações com o CDS.

Deputado Martins Goulart (PS): Prove!

O Orador: Porque o Partido Socialista não tem ideias - declarações do seu líder - não apresenta programas de trabalho para as acções que vai desenvolver nas várias autarquias.

Deputado Martins Goulart (PS): Mas apresenta-as o PSD, claro!...

O Orador: Porque o Partido Socialista não tem pessoas, vai aos "independentes" de que eu falava no outro dia, que afinal, segundo declarações que fazem, só são "independentes" do Partido Socialista.

(Risos do PSD e do Governo)

Porque o Partido Socialista não tem pessoas, vai buscar todos aqueles que nós consideramos já não terem condições para estar à frente de uma autarquia.

Deputado Martins Goulart (PS): Vão perder nelas todas!

O Orador: Porque o Partido Socialista não tem equipas, promove só e apenas os cabeças de lista.

Porque o Partido Socialista não tem estratégia faz-se a interpelação ao Governo.

O que vai resultar de tudo isto?

Não resisto a contar-vos uma conversa entre duas donas de casa que, trocando impressões sobre uma receita culinária, abordavam como o Partido Socialista aborda o actual momento político açoriano, em vésperas das tais eleições autárquicas.

Dizia uma para a outra: "Se tiveres açúcar - bota açúcar. Se não tiveres - não botes. Se tiveres fermento - bota fermento.

Deputado Duarte Pires (PS): Falta aí é sal!

O Orador: Se não tiveres - não botes. Se tiveres farinha - botas farinha. Se não tiveres - não botes. Se tiveres ovos - botas ovos. Se não tiveres - não botes.

Deputado Martins Goulart (PS): Não botes ou não votes?

O Orador: Vai ao forno. Se tufar é bolo, se não tufar é pudim.

(Risos do PSD)

Deputado Martins Goulart (PS): Se for parvo é Costa Neves!

O Orador: Sr. Deputado, eu nunca o ofendi dentro desta Câmara. O Senhor está constantemente a fazê-lo!

Toda a Câmara - e fica registado no Diário das Sessões porque foi um aparte ouviu o que o Sr. Deputado disse: "Se é parvo é Costa Neves! Ficou dito, ficou aqui provado, se ainda era preciso provar, quem é que constantemente faz descer o nível destes debates.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

O Orador: Tal como a receita, é esta a estratégia do Partido Socialista.

Nunca sabe o que vai acontecer a seguir - mas tenta sempre uma explicação para o que acontece.

Vou terminar como comecei agradecendo, ao Partido Socialista -, a oportunidade que nos dá de mostrar, uma vez mais, a todos os açorianos que temos ideias para o futuro dos Açores, que sabemos o que queremos e para

onde vamos e que estamos certos de lá chegar.

Temos atingido e continuaremos a atingir mesmo os objectivos mais difíceis que nos propusemos. Vamos durante estes debates dizer-vos quais foram esses objectivos porque quando se quer com muita força e se acredita profundamente naquilo que se quer tudo se consegue!

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate que se vai seguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O IV Governo Regional dos Açores entendeu **dar prioridade à Educação**, de acordo com o que se lê no seu Programa, posto que "para o Governo, a grande aposta a fazer, para assegurar melhor futuro, para o Povo Açoriano, é a Educação".

Passados treze meses das eleições legislativas regionais não é difícil demonstrar que esta, como muitas outras prioridades, não passaram de meras promessas, falsos juramentos, vãs declarações.

Procuraremos ao longo desta intervenção e das que se seguirem demonstrá-lo à sociedade.

Dizia o Governo "Em matéria de educação, sem prejuízo da progressiva implantação do ensino pré-primário, os investimentos prioritários serão nas novas escolas de tipo técnico-profissional e na Universidade dos Açores" (página 35 do Programa).

Pergunta-se: Onde se gastaram as verbas até agora? Em que instalações da educação pré-escolar? Os investimentos prioritários previam-se nas novas escolas de tipo técnico-profissional! Onde estão essas escolas? Em que Ilhas? Em que concelhos? Este ano não foi inaugurada, ou mais precisamente, não entrou em funcionamento, nenhuma nova escola dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico e ensino secundário, nem tão pouco se lançou qualquer primeira pedra com benção, discurso, colher de cimento! E, mais grave ainda, nem no próximo ano entrará em funcionamento qualquer nova escola do preparatório/secundário. Que tipo de prioridade é esta em que nem uma única estrutura entra na rede escolar?

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, para que não haja dúvida do que estamos falando, analisemos o Relatório de Execução Financeira, no primeiro semestre deste ano, mesmo tendo em atenção os atrasos na aprovação do Plano e sua publicação.

O sector da Educação e Desporto dispendeu 11,8% e a Cultura 20%, estando neles compreendidos 6 Programas e 20 Projectos.

Programas que não atingiram 5% de execução: P2 - Aquisição de Equipamentos para Estabelecimentos de Ensino (2,1%); P3 - Instalações e Actividades Desportivas (2,1%); P4 - Animação e Actividades Culturais (3,5%).

Programas que se quedaram entre os 10% e os 22,3%: P6 - Apoio aos Média (14,5%); P1 - Construções Escolares (17,5%) e P5 Defesa e Valorização do Património Cultural (22,3%).

Projectos em que durante 6 meses não se gastou um centavo:

P2.1 - Aquisição de Equipamento para a Educação Pré-Escolar e para o Ensino Primário; P2.2 - Aquisição de Equipamento para os Ensinos Preparatório e Secundário; P4.1 - Apoio a Instituições Culturais e Científicas; P5.3 - Levantamento e Inventário do Património Artístico e Cultural; P6.4 Renovação Tecnológica; cuja dotação orçamental ajustada é de 119.450 contos.

Projectos que durante o primeiro Semestre de 1989 não atingiram os 10% de execução:

Os anteriores acrescidos dos: P2.3 Aquisição de Equipamento e Material de Transporte para o Ensino Superior (4,7%); P3.1 - Instalações Desportivas (1%); P4.2 Apoio a Sociedades e Grupos Culturais e Recreativos (4,7%); P5.1 - Defesa e Melhoramento de Imóveis com Interesse Arquitectónico (4,5%); P5.2 - Plano de Salvaguarda de Núcleos Urbanos de Interesse Histórico e Arquitectónico (2,1%); P6.2 Cobertura Radiofónica (1%); num total de verba ajustada de 1.543.000 contos.

Projectos em que na execução do Programa, Plano e Orçamento do IV Governo não se atingiram os 15%:

Os supramencionados mais: P1.1 Instalações para a Educação Pré-Escolar e Ensino Primário (11,7%); P1.3 - Instalações para o Ensino Superior (11,3%); total da verba correspondente à dotação ajustada 2.243.000 contos.

Apenas os Projectos P1.2 - Instalações para os Ensinos Preparatório e Secundário (22,5%); o P3.3 - Apoio a Actividades Despor-

tivas com 16,2% e o P6.3 - Apoio à Comunicação Social Privada, lograram aproximar-se de um quarto da sua execução e tendo sido ultrapassados exclusivamente por três: o P5.4 - Recuperação de Imóveis de Interesse Cultural Destruídos pelo Sismo de 1 de Janeiro de 80 (36,9%); o P6.1 Cobertura Televisiva (47%) e o P1.4 Melhoria do Parque Escolar e Residências de Estudantes, único que "furou o tecto" com 100%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já agora, começemos pelo último. Este projecto conseguiu ter já uma execução financeira de 100% em virtude de uma das múltiplas "cambalhotas" que este Governo já deu no espaço de um ano.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Olhe que não é nenhuma "cambalhotada"!

O Orador: Já vamos ver!

Havia sido orçamentada uma verba de noventa mil contos;

Esta verba foi ajustada, pasme-se, rigorosamente, para oito milhões, quatrocentos e trinta e sete contos e seiscentos escudos;

Mas, pasme-se ainda mais, dispenderam-se meticulosamente, oito milhões, quatrocentos e trinta e sete contos e seiscentos escudos.

Com a verba inicialmente orçamentada pretendia-se a conservação e reparação de escolas do ensino primário em todas as ilhas, menos no Corvo, em cooperação financeira com as autarquias; conservação e reparação de escolas dos ensinos preparatório e secundário em todas as ilhas, menos no Corvo; conservação ou construção de residências de estudantes nas ilhas de S. Miguel e Terceira (Plano para 1989 - Anexo, página 34).

Pergunta-se ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura: em que é que se gastou esta verba? No Lar dos Estudantes da Nordela? Mas e os estudantes onde estão? Com que verbas? Com que dinheiro vai V. Exa. comprar, como já informou aos Órgãos de Comunicação Social, uma casa para alojá-los temporariamente? E como vai cooperar financeiramente com as autarquias na conservação e reparação das escolas do primeiro ciclo do ensino básico em **todas as ilhas** à excepção do Corvo? Com que verbas é que vai V. Exa. contribuir para as Câmaras Municipais da Horta, Ribeira Grande ou Povoação entre outras que procedem a grandes obras de reparação? O Sr. Secretário na reunião que teve no dia três deste mês com a Comissão dos Assuntos Sociais até nos leu o Diploma que regulamenta a cooperação com as

Autarquias neste sector! Lembra-se? Como vai arranjar verbas para as obras que as 18 Câmaras tenham realizado ou estejam a executar ao longo deste ano? Desviando verbas doutros projectos, gastando verbas do P1.1 destinadas a outros fins e calando a boca aos Srs. Presidentes de Câmara? E o Tribunal de Contas? E onde está a clareza da Administração? "A seriedade do Estado, que é uma pessoa de bem, honesta"? Claro que não esqueço que a entidade responsável pela execução deste projecto é a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas! A propósito ainda da Nordela: Já se entenderam os Srs. Secretários? Em que ficamos?

Deputado José Carlos Simas (PSD): O

Sr. Deputado não se incomode com isso!

O Orador: Apreciando o Relatório de Execução do primeiro Semestre verificamos que no P1.1 se encontravam em curso arranjos exteriores na Escola Primária de S. Roque de Ponta Delgada. Essa é a mesma escola que foi inaugurada com "pompa e circunstância", estando presentes os Senhores, Presidente do Governo Regional, Dr. João Bosco Soares da Mota Amaral, Director Regional da Administração Escolar, Dr. Luís Bastos, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Sr. João Gago da Câmara, Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Costa Cardoso, Director Escolar de Ponta Delgada, Sr. Professor Rubens de Almeida Pavão, entre outras entidades e individualidades, tendo-se afirmado que "aquela Escola passaria a ser um marco na vida de S. Roque" para que, no dia seguinte, ela encerrasse por não ter água, ou, um ano depois ter "mato" que escondia qualquer ser humano de estatura média, como mostrou a todos os açorianos a RTP/Açores, do dia 18 de Setembro p.p..

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

As obras em curso tinham a ver com o corte do "mato"?

No mesmo projecto se informa que nas escolas primárias de Rabo de Peixe e Santo António estavam em conclusão diversos arranjos.

Por acaso serão as mesmas escolas que meteram "água" por cima, por baixo e pelos lados? Serão as mesmas escolas que as Câmaras se recusaram a receber? Serão as mesmas escolas que obrigaram a um funcionamento de Regime Triplo? Serão as mesmas escolas que passados 6 meses de funcionamento fecharam para obras, já lá vão 3/4 anos e ainda estão em fase "conclusão de diversos acabamentos"?

Mas, o IV Governo é eficiente, os outros, os anteriores é que falharam! Em 1985 dizia-se que em 86 se construiria a escola da Ribeira Seca na Ribeira Grande com 8 salas de aula (foi o PS que demonstrou a necessidade de, no mínimo, se ampliar para 10, visto que, com 8 iria continuar a haver desdobramento e ficaria sem espaço para a Educação Pré-Escolar) e iniciar-se-ia a do Lagedo, em Ponta Delgada, com 12 salas. Na mesma altura começou a das Terras no Pico (até já se orçamentava verba para o equipamento; oxalá comece a funcionar em 90/91). Mas ainda podemos ler no Anexo de 1986 "Aquisição de terrenos nas Laranjeiras em S. Miguel, Boa Hora em S. Jorge, Remédios - Lajes da Terceira e Cidade da Horta". Quais as que de facto passados três anos estão em execução?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passemos às instalações para os Ensinos Preparatório e Secundário e, não fiquemos menos embaçados, com o que vemos.

Por acaso os Srs. Deputados ainda se lembram do pequeníssimo debate que travei com o então Secretário Regional do Equipamento Social, o Sr. Eng^o Germano Domingos, à cerca da Escola Preparatória dos Arrifes? O Conselho Directivo enviara um ofício ao Sr. Secretário Regional com conhecimento do Sr. Presidente do Governo Regional e à Assembleia, lamentando que passado um ano de funcionamento da Escola esta continuasse sem muro de vedação, arranjos exteriores, etc.? Pois é, passados 4 anos, diz o Relatório de Execução, que se efectuou a "Conclusão dos arranjos exteriores das Escolas Preparatórias dos Arrifes, Rabo de Peixe e Ribeira Grande". Não é muito tempo! Há quem tenha esperado mais! Por exemplo a Secundária da Praia da Vitória já constava do Plano de 1986 e finalmente foi a concurso público internacional em 19-1189. No ano seguinte planeava-se o início da Escola Preparatória da Maia, da C+S da Madalena. Mas, ainda não saciados com tanta demagogia em 1988 adita-se a estas, a Preparatória dos Ginetes, em S. Miguel, Secundária da Lagoa, ampliação das Capelas com dois blocos, nova Secundária para Angra do Heroísmo, nova Preparatória para a Horta, isto é, programa-se a "aquisição de terrenos necessários à execução de acessos de uma Escola Preparatória já em actividade, e a implantação de sete novas escolas (quatro preparatórias e três secundárias), ou seja, em S. Miguel - Ginetes, Maia, Arrifes, Lagoa; Terceira - Praia e Angra e no Faial na cidade

da Horta".

Isto foi com o outro PSD, com o outro Governo.

Afinal em que estamos, Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Secretários Regionais da Educação e Cultura e da Habitação e Obras Públicas?

Quando arrancam obras anunciadas há 3/4 anos?

A população escolar aceitou uma paragem, para redefinição de projectos a fim de se acabar com os pavilhões separados pelo vento, frio e chuva, substituição da telha canelada de fibrocimento de armazém por telha tipo regional, janelões com metros de vidro, sol, frio, dores de cabeça, desassossego, ginásios revestidos de plásticos duros partidos pelas tempestades, ninhos de pardais, asilo de morcegos, charcos de mosquitos, cabeças à chuva, corpos ao vento.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Por onde é que o Sr. Deputado andou durante tantos anos?!

O Orador: Ide ao Pavilhão da Escola de Vila Franca, ide a Santa Cruz das Flores, ide à Praia da Vitória, dai uma volta pelos Pavilhões das Escolas dos Açores e depois então podeis rir!...

Só que a paragem transformou-se em estacionamento e já toda a gente se pergunta: Agora, com o acto eleitoral à porta, lá vêm de novo a Maia, os Ginetes, a Lagoa, a Povoação, a Praia da Vitória, Angra do Heroísmo, a Madalena, a Horta e porque não as Lajes das Flores?

Senhores Governantes, em que ficamos? Esclareçam de uma vez por todas. Deixem de propagandear. Informem honestamente as populações das vossas opções, dos vossos critérios de prioridade e, naturalmente, todo o processo será mais límpido.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Isso é um discurso de sindicalista!

O Orador: Com muito gosto!

No que respeita ao Ensino Superior, já em 1985 se afirmava "Pólo Universitário de Ponta Delgada: aquisição de terrenos para implantação de novas instalações, ordenamento exterior do Pólo Universitário, construção de um bloco para aulas e gabinetes para docentes e beneficiações das instalações da Reitoria e de alguns serviços de apoio; Pólo Universitário da Terra-Chã - Continuação da construção da Granja Universitária da Achada, beneficiações do edifício do Departamento de Ciências Agrárias; Pólo Universitário da Horta - Aquisição e montagem de um pavilhão pré-fabricado".

No ano seguinte, 1986, projectava-se como acções a desenvolver:

"Pólo de Ponta Delgada - Aquisição de terrenos, ordenamento do Pólo, construção de instalações escolares e beneficiação ou adaptação de outras;

Pólo da Terra Chã - conclusão da Granja Universitária, beneficiação geral das instalações do Pólo". O Pólo da Horta não era mencionado.

Em 1987 projectava-se:

"Pólo de Ponta Delgada - conclusão exterior do Pólo (ao fim de três anos), construção, ampliação, adaptação e beneficiação de instalações escolares (continuação de 3 anos), aquisição de habitações para docentes; Pólo da Terra-Chã - conclusão da Granja Universitária da Achada (ao fim de 3 anos), conservação e adaptação das instalações do Pólo, elaboração do projecto de ampliação do Pólo; Pólo da Horta - aquisição de terrenos para implantar as novas instalações do Pólo, elaboração do projecto das novas instalações do Pólo, construção de 6 moradias para pessoal investigador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sei que é fastidioso, enfadonho, maçador estar aqui a enumerar circunstanciadamente todas estas acções, mas sei igualmente que não é menos aborrecido, tedioso, para quem tem de anualmente propor a concretização das mesmas obras e sobretudo para os seus utentes, verem passar-se os anos, e tudo continuar na mesma. Fale-se com professores, alunos e pessoal auxiliar e administrativo da Universidade dos Açores e ouvir-se-á falar com desânimo das obras que nunca se fazem, das condições de trabalho que nunca melhoraram.

O Plano para 1988 continuava a especificar acções que vinham em anteriores: ampliação do edifício dos Serviços Sociais, construção de edifícios destinados aos Departamentos da Economia e Gestão, Línguas e Literaturas Modernas e História, Filosofia e Ciências Sociais, construção de edifício para a Biblioteca, remodelação de edifício da Reitoria, aquisição de habitação para docentes, arranjos exteriores, construção do edifício do Pólo da Horta.

Para o corrente ano o projecto visa a aquisição de terrenos, construir instalações e dotar o CIFOP - Centro Integrado de Formação de Professores - com a construção, conservação e beneficiação das actuais instalações, e construção de novos edifícios no Pólo da Terra-Chã, aquisição de terrenos para

o Pólo de Ponta Delgada (que já vem de há anos), construção de instalações para vários departamentos em S. Miguel e no Faial.

Se atendermos à Execução Financeira do primeiro Semestre verificamos que está em curso a ampliação do edifício dos Serviços Sociais, em Ponta Delgada, e que foi elaborado o projecto de um edifício de salas de aula que, dada a ocorrência do incêndio, vai ser reformulado; na Terceira nada se fez e no Faial, finalmente, está em fase de conclusão a construção de 6 moradias para pessoal docente.

Sinceramente, assim não, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura! V. Exa. disse na televisão que "não queria filhos seus instalados no Lar da Nordela pelo que também não o queria para os filhos dos outros". Pergunto-lhe: V. Exa. quereria trabalhar anos a fio no barracão que é o Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores?

O Sr. Secretário considera que é possível haver rendimento com as actuais instalações? Como se justifica que um pedido para cedência de duas salas de um edifício do ensino primário para provisoriamente servirem de salas de aula para os alunos do CIFOP, feita em Julho, ainda não tenha obtido resposta? Onde está a eficiência e rapidez da SREC? Depois admiram-se de andarem de "candeias às avessas"?

Todos reconhecemos que o incêndio que devorou o edifício da Reitoria, causou prejuízos irreparáveis. Um património que nunca mais existirá! Foi feito um inquérito! Quem foram, ou são os responsáveis pelo sucedido? Porque não se tornam públicas as conclusões? Quem tem medo que se saiba a verdade? Quem se escusa a assumir responsabilidades? Será que o Governo Regional, neste caso se calhar o III, não deveria ter tomado precauções? Porque se adiaram indefinidamente as obras no edifício? E o IV Governo? Não tem uma palavra a dizer?

Sr. Presidente do Governo Regional:

V. Exa. já o era aquando da elaboração dos Planos e Orçamentos que referi detalhadamente! Não tem nenhuma satisfação a dar a esta Assembleia, o que significa responder aos Açorianos? O que se passa com o incêndio da Reitoria da Universidade?

Senhor Secretário regional da Educação e Cultura:

V. Exa. não o era na ocasião, mas o que tem a dizer? E já agora que precauções tomou, ou mandou tomar em relação à Biblioteca Pública de Ponta Delgada? Sabe que tem

um espólio riquíssimo e que está em tanto perigo como o da Universidade dos Açores? Que medidas de segurança existem? Consta que nem possui um único detector de incêndio? Será verdade? Se acontecer qualquer precalço, quem será chamado à responsabilidade? A propósito, ainda não teve tempo para nomear o seu director? Não nos venha dizer que é necessário estudar o processo, analisar currículos, ouvir a Comissão Política, obter o consentimento do Presidente do Partido e só então proceder à nomeação!

Por último, investiguemos o que se passa com as construções desportivas.

Há quantos anos se pretende ampliar a chamada zona desportiva de Ponta Delgada, nela construindo um campo de futebol e ampliando o actual pavilhão gimnodesportivo? Quantas vezes os Srs. Deputados de S. Miguel já falaram destas obras nesta Assembleia?

E o tão propalado parque desportivo de Angra do Heroísmo que "estava para a Região como o Estádio Nacional para o País"? Lembre-se? Mas, já que estamos em maré de citações, e "a piscina olímpica do Complexo Desportivo das Laranjeiras que nos levaria aos Jogos Olímpicos do ano 2.000"? Será que se vai deitar abaixo o edifício para que passe a ter as medidas olímpicas?

Deputado José Carlos Simas (PSD): Quem é que disse que não tem?!

O Orador: Só se aumentou da semana passada para esta semana!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Quem é que lhe disse isso, Sr. Deputado?

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poderia continuar a interpelar o Governo sobre a não execução de pequenas obras em Escolas do Ensino Primário que não possuem terrenos onde se possa praticar qualquer modalidade, pôr em prática os novos programas de Educação Física para o 1º ciclo do ensino básico, tal como o reconheceu ácerca de quinze dias, em Ponta Delgada, o Professor João Bom, na acção de formação que fez para os professores? Poderíamos inquirir pelas estruturas que é necessário ampliar ou remodelar em muitas Escolas Preparatórias/Secundárias! Perguntamos e exigimos saber apenas:

Como se justifica que todos os anos restem verbas nas Instalações Desportivas com tantas carências: em 1985 dispendeu-se apenas 35,8% da dotação; em 1986 - 54,3%; em 1987 - 61,2%; em 1988 - 58%?

Expliquem-nos, e à população açoriana como é possível não satisfazer os pedidos e

necessidades apresentadas, e inscrever nos orçamentos verbas, defender nos Planos determinadas obras e apresentar-se no final do ano Relatório de Execução com saldos enormes e obras, "bem as vi"!

Deputado Fernando Fonte (PS): Obras por um canudo!...

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Vou prosseguir a minha intervenção mas agora falando de matérias que, no dia a dia, preocupam alunos, professores, pais e encarregados de educação e a população em geral.

Esta intervenção focará múltiplos problemas, foi elaborada sem a preocupação de os sistematizar e escarpelizar, dado que pretendia tão só obter respostas sem que, no âmbito das perguntas, possa inibir-me de dissertar sobre elas.

Assim sendo, começo por fazer uma citação, indicando no fim, naturalmente a origem. Passo a citar:

"Estranhas Demoras

A partida, não se encontra justificação para o sucessivo adiar de decisões de casos que se arrastam já há tempos nesta ilha de S. Miguel.

Eles são conhecidos, dizem-se equacionados e aprazam-se datas para a concretização definitiva de soluções. O tempo passa, as declarações vão rareando e depressa os problemas vão caindo no esquecimento.

Concretamente, a Biblioteca Pública de Ponta Delgada continua sem director e, após alguma polémica que, desnecessariamente, envolveu um dos indigitados, tudo ficou como sói dizer-se em "águas de bacalhau".

Concretamente, e depois de se ventilar nomes para o lugar, depois de se anunciar profundas reestruturações para o sector; depois de se ter apostado fortemente no turismo, S. Miguel continua sem ter um Delegado de Turismo de nomeação efectiva, mantendo-se Carlos Ribeiro numa situação de impasse à espera do seu substituto.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Vai ter!

O Orador: Espere, que no fim vai ver quem é que escreve.

Concretamente, o sucessivo adiamento das obras de adaptação do antigo Colégio dos Jesuítas a Biblioteca e Arquivo Distrital, com o interessante projecto há tempos publicitado com pompa e circunstância e praticamente aprovado no íntimo de cada um de nós.

Concretamente, a, tantas vezes anunciada recuperação da casa da Rua Ernesto do Canto onde se hospedou D. Pedro IV e que, ao que

parece, se destina a albergar a Secção Regional do Tribunal de Contas lá para meados do próximo século, releve-se-nos o eventual exagero.

Concretamente, o contínuo combate às bolsas de miséria, que não se concretiza apenas na distribuição das suas vertentes pelos vários departamentos oficiais, mas carece de uma acção coordenada, permanentemente actuante, só interrompida quando cada família possuir um tecto por onde não entre o frio, a chuva ou o vento. Ou quando cada criança, jovem, adulto ou velho, não necessitar de ir aos caixotes do lixo e às lixeiras municipais procurar enganar a fome.

Concretamente, a excessiva demora em solucionar o problema de alojamento de jovens estudantes após o polémico encerramento do Lar de Estudantes da Nordela, cujas obras de remodelação ficaram a meio desperdiçando-se dinheiro, tempo e materiais, não se perspectivando para tão cedo a solução do problema.

Para além deste, não faltam outros casos cujas soluções se adiam, sem que se perceba bem por que razão, nesta ilha de S. Miguel que é acusada, tantas vezes, de ser extremamente mais beneficiada por outras ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Tem mais fama do que proveito pelos vistos...

Jorge do Nascimento Cabral - "Correio dos Açores, Domingo, 19 de Novembro de 1989 - EDITORIAL"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concretamente, também eu desejo saber as respostas.

O IV Governo considerou no sector da educação como prioritária a Educação Pré-Escolar.

Existem 221 lugares de Educação Pré-Escolar em toda a Região, tendo começado a funcionar 50 em 1988/89 e apenas 42 em 1989/90, ano da prioridade! Como se explica que, no ano em que se assinou a primazia deste nível, se criem menos lugares? A Secretaria já dispendeu alguma verba do P1.1 - Instalações para a Educação Pré-Escolar? Em que localidades?

No 1º ciclo do ensino básico - ensino primário - funcionaram em 87/88 na Ilha de S. Miguel 708 lugares, sendo 334 em curso normal e 374 em curso duplo. Quais as razões que obrigam a que, passados treze anos de Governo Regional, 53% dos professores que leccionam na maior ilha dos Açores, o tenham de fazer em desdobramento?..

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Há três anos que anda em gestação a Lei Orgânica da SREC! O IV Governo Regional comprometeu-se, em Novembro p.p. a, no prazo de 90 dias, apresentar as orgânicas das diferentes Secretarias. Onde está a sua? Para quando?

A propósito: O Centro de Educação Especial dos Açores passou, após múltiplas insistências, passou da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social para a SREC. Para quando a criação do quadro de pessoal? Quando prevê V. Exa. a aplicação do horário dos docentes dos SADAs ao pessoal do CEEA? Quando se estabelecerão critérios claros e universais para o destacamento de pessoal docente para o Centro? Quando terminarão os 20 anos de regime de instalação? Quando serão pagos os subsídios de especialização tendo em conta as deduções do IRS?

Durante a sua intervenção no debate do Plano e Orçamento, informava que se gastara oito mil contos com os transportes dos livros escolares, a fim de garantir o mesmo preço nos Açores que no Continente. A Constituição garante no seu artigo 13º que "Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem,...". A ser assim, todos os açorianos têm o direito de adquirir os livros escolares ao mesmo preço que os residentes no Continente. Todavia, vejamos se de facto é assim uma importância tão elevada! São cerca de cinquenta e seis mil o número dos alunos na Região. Se retirarmos seis mil para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Médio, o Ensino Superior e Artístico, restar-nos-ão cinquenta mil. Caberá por aluno 160 \$00 e se aceitarmos que em média ele adquirirá cinco livros verificamos que a Região comparticipara cada livro escolar em cerca de 30 \$00. Entenderá que é uma importância tão elevada?

Deputado José Carlos Simas (PSD): Não é! Vossa Excelência é um Deputado demagógico!

O Orador: Igualmente anunciou que "de 1981 para cá mais de vinte e nove mil pessoas foram abrangidas por acções de Educação Permanente, tanto de alfabetização como sócio-profissionais". Sabe que as acções sócio-profissionais abrangem cursos de malha, rendas, culinária, corte e costura, flores de papel, escamas de peixe, miolo de figueira, etc., e também alfabetização, sendo que esta dimensão é menos frequentada. Pergunto:

Desses vinte e nove mil participantes, quantos o foram de cursos de alfabetização? E destes, quantos conseguiram atingir com sucesso a "4ª classe", desde que nascidos anteriormente a 1-1-67 e quantos o 6º ano nascidos após aquela data?

Na reunião efectuada com a Comissão dos Assuntos Sociais afirmava que existiam carências crónicas em alguns grupos e disciplinas, de professores portadores de habilitação própria, e, sempre em determinadas Ilhas e Localidade. Se atendermos a que o subsídio criado não resultou, pergunto-lhe porque se espera para avançar para outras áreas como habitação, bonificação de tempo de serviço? Em Março de 1985 o Partido Socialista propôs estas medidas nesta Câmara! E para todos os sectores de ensino!

Nessa mesma reunião confirmava que existira uma pequena melhoria no sucesso escolar em 88/89 no ensino básico, mantendo-se os índices do secundário. Em 1987/88 o sucesso do 2º ano do ensino primário foi de 55,8%, no 4º ano de 74,6%, no ciclo preparatório 74,7%, no ensino secundário, unificado e complementar - 62,1%, sendo o 12º ano aquele em que se verificou o resultado mais fraco (apenas 33,7% dos alunos obtiveram sucesso).

Interpelamos: Face a estes resultados não seria de se criar um programa próprio ao menos para os ensinos primário e preparatório, correspondentes à escolaridade obrigatória, de combate ao insucesso?

Continuam a abandonar o ensino primário e o ensino preparatório, centenas e centenas de alunos, sem que possuam um diploma de cumprimento de escolaridade obrigatória com aproveitamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não terá chegado a altura de se elaborar legislação que obrigue as famílias ao cumprimento de algumas obrigações em termos de assiduidade escolar? Se atendermos que se gastam anualmente uns largos milhões de contos com a Educação e que cerca de um terço dos alunos "chumba", não estaremos a dilapidar muitos milhares de contos? Porque não obrigar quem se candidata a um subsídio a ter de comprovar que os seus educandos frequentam a escola? Ao menos assim todos saberiam que num determinado dia alguém lhes iria exigir resposta ao não cumprimento dos seus deveres.

Em Maio de 1987 foi publicado o Decreto Lei nº 223/87 sobre Pessoal não docente das Escolas. Após ter passado duas vezes nesta

Assembleia para aplicação à Região - e apenas porque a primeira proposta de Decreto Legislativo Regional fora mal elaborada pela Direcção Regional da Administração Escolar, mesmo quando Deputados da Comissão dos Assuntos Sociais levantaram dúvidas sobre ela - ainda continuam muitos trabalhadores sem receber os benefícios nele contemplados, encontrando-se em desvantagem perante os seus colegas do Continente. Perguntamos: Quando será feita justiça a este grupo imprescindível de funcionários da educação nesta Região? Será que eles virão a ser indemnizados pelos prejuízos sofridos?

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Deputado José Carlos Simas pede a palavra para?...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Para pedir esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reconheço que o Sr. Deputado Francisco Sousa é um "expert" nesta matéria da Educação. Na parte do turismo não lhe reconheço isso, mas, nesta, até o reconheço.

Simplesmente, desejava tecer algumas considerações e pedir-lhe alguns esclarecimentos.

Eu primeiro lugar, gostaria que o Sr. Deputado Francisco Sousa desse conhecimento a esta Câmara de quantos estabelecimentos escolares existiam em 1976, aquando da tomada de posse do I Governo Regional dos Açores da responsabilidade do Partido Social Democrata.

Em segundo lugar, gostaria que nos dissesse quantos estabelecimentos escolares existem hoje.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Porque não é 1915 ou em 1700?!

O Orador: Sr. Deputado Dionísio de Sousa, com todo o respeito gostaria...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Posso dar uma sugestão, não posso?

O Orador: ...que não me perturbasse para que em consiga fazer as perguntas que entendo que devo fazer ao Sr. Deputado "polivalente" Francisco de Sousa.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Francisco Sousa)

O Orador: Não sou "expert" nessa matéria, e sobre isso apenas faço-lhe estas perguntas e mais uma que vou ler:

Quanto à outra questão de que falou aqui, ou seja, a questão relacionada com os desportos, com os estabelecimentos desportivos, com polivalentes, etc., etc..., devo dizer que o cepticismo dos Srs. Deputados da bancada da oposição (dessa bancada!) e mais propriamente do seu colega da Juventude Socialista, Luís Filipe - que não se encontra aí - que o ano passado punha em causa as "Olimpíadas do ano 2.000", lembro-vos, Srs. Deputados, que disse aqui nesta Câmara que "as Olimpíadas do ano 2.000 são de facto um objectivo a atingir".

Agora digo-vos, neste momento, que foram antecipadas 10 anos, Sr. Deputado! Foi com uma filha do nosso companheiro de bancada do CDS.

Deputado Fernando Fonte (PS): Mas não foi com a ajuda do Governo Regional!

O Orador: Foi sim Senhor! Foi com as nossas instalações, foi com aquilo que o Governo Regional fez, foi com o trabalho de base que o Governo Regional fez! Vocês não gostam de ouvir a verdade, mas é esta a verdade, Sr. Deputado!

Deputado Fernando Fonte (PS): E uma tristeza!...

O Orador: Tristeza ou não é a minha posição e, se não fosse esta, eu não estaria aqui, mas sim desse lado!

Quanto à questão do "Lar de Estudantes", Sr. Deputado Francisco Sousa, também ouvi e registo com agrado a sua preocupação. Simplesmente lamento que a sua preocupação venha após o mal feito: os Deputados do PSD, Jorge Cabral, Victor Cruz e José Carlos Simas estiveram no local, empenhados, com a sua cara, a resolver o problema... e o mesmo está resolvido! E está resolvido o problema pela compreensão e pela acção dos Deputado do PSD e do Governo Regional.

Deputado Francisco Sousa (PS): No dia 19 não estava!

O Orador: E como não sou "expert" em matéria de Educação, vou apenas falar agora na Universidade dos Açores e sobre o que Vossa Excelência aqui, tão pomposamente, veio dizer. E vou-lhe mostrar um livrinho, que o Sr. Deputado recebeu, e que passo a citar:

Deputado Francisco Sousa (PS): Muito bem! Leia!

O Orador: "Visitei a Universidade dos Açores ... - peço desculpa à Câmara e pode ser que o Sr. Deputado Martins Goulart não goste que eu faça alusão a este texto...

Deputado Francisco Sousa (PS): Desde que cite a fonte, não há problema!

O Orador: "Visitei a Universidade dos Açores nos seus diversos Pólos e estabeleci os mais amplos contactos com os seus professores e estudantes, sem esquecer o seu ilustre Reitor, Professor Machado Pires, que participou destacadamente em algumas das cerimónias culturais simbólicas que julguei dever promover, designadamente nas homenagens a Vitorino Nemésio e Antero de Quental.

A aposta do Governo Regional na Universidade dos Açores como principal motor de todo o desenvolvimento do arquipélago foi a aposta certa e os seus benéficos resultados não se farão esperar até no fecundo intercâmbio que se está já a estabelecer entre as Universidades Portuguesas e destas com as suas congéneres estrangeiras.

Por toda a parte existiu uma autêntica explosão cultural e sintomática e que dará seguramente os seus frutos no plano das novas gerações".

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Citou quem, Sr. Deputado?!

O Orador: Citei o Sr. Presidente da República, Sr. Dr. Mário Soares!

Deputado Albano Pimentel (PS): Em quem tu não apoiaste nem votaste!

O Orador: Citei o Sr. Presidente da República!

Deputado Albano Pimentel (PS): Porque agora é o "maior"!

Presidente: Srs. Deputados, tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é para nenhum pedido de esclarecimento - e embora seja um bocado "a frio" já que a minha intervenção era para ser feita no seguimento da exposição de quase uma hora do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, que eu segui atentamente - mas, sim, para lhe dizer o seguinte:

Já é a segunda vez que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa sobe a essa tribuna e tece algumas considerações relativamente à Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores, em termos menos consentâneos com aquilo que deve ser feito.

A Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores depende da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento. Como tal, eu assumo a responsabilidade da-

quilo que lá foi feito e, por conseguinte, é descabido, não faz sentido isolar-se e ter-se esse tipo de intervenção, até porque a maioria das pessoas que lá estão são técnicos e são quadros e a maioria deles até nem é do PSD.

O segundo aspecto tem a ver com o seguinte:

Eu vou tentar, se me derem oportunidade, demonstrar qual o tipo de interpretação e de raciocínio que foi feito aqui relativamente a três conceitos que são completamente distintos - uma coisa são as "despesas realizadas"; outra coisa são as "despesas autorizadas" e outra coisa são as "despesas dispendidas". Uma coisa é a apresentação da despesa sob o ponto de vista funcional e orgânico e outra coisa são as despesas dispendidas no Plano em matéria de realização material.

Aliás, eu acho muito estranho - e isso é para meu prejuízo, porque podia aguentar esse argumento até ao fim do debate, e, assim, vou tentar ajudar - que os Srs. Deputados insistem tanto na realização do Plano, em termos de execução semestral, e não se utilize o instrumento que foi distribuído aqui, ou seja, a realização trimestral.

Do ponto de vista dos compromissos assumidos pelo Governo da Região Autónoma dos Açores - e é a isso que o Governo da Região tem que responder - por que é que não se utiliza esse instrumento?

A maioria das intervenções têm sido feitas utilizando o Relatório de Execução Semestral e não se faz apelo ao Relatório de Execução Trimestral, já distribuído aqui nesta Assembleia.

Devo dizer ainda que em matéria de realização orçamental, neste momento, em termos de despesa efectivamente autorizada - e o Sr. Deputado deve saber o que é isso - já se gastaram nesta Região (e bem!) cerca de 17 milhões de contos em verbas do Plano - 17 milhões de contos é a segunda verba de todo o Plano em todo o processo de Autonomia.

Isto significa que o andamento da despesa não é tão miserável como acabou de dizer o Sr. Deputado - antes pelo contrário.

Obrigado.

Deputado Fernando Fonte (PS): Qual é a percentagem?

Presidente: Tem a palavra, para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de fazer uma pergunta ali ao

"meu amigo".

Quem vive fora da gestão normal de Governos e de Câmaras e, portanto, vive do seu trabalho, da sua indústria ou dos seus investimentos fica meio surpreso quando entra nesta Casa.

Por essa razão eu gostaria de perguntar o seguinte:

O "meu amigo" enunciou uma série de recomendações que teria feito em questões de obras a executar e que não foram feitas.

Como todos nós sabemos, as verbas regionais andam sempre "pelas costuras" são as críticas que eu ouço -, todos os sectores se queixam de que é pouco.

Assim sendo, das obras realizadas quais eram, em sua opinião, as que não deviam ter sido feitas?

Era só isto. Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não há, na Mesa, mais inscrições para pedidos de esclarecimento. Não sei se o Sr. Deputado pretende dar algum esclarecimento...

Uma vez que ninguém se inscreve, vamos interromper os nossos trabalhos por 15 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17,10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recommençar os nossos trabalhos.

(Eram 17,40 horas)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Entendeu o Partido Socialista promover neste período legislativo uma interpelação ao Governo Regional.

Conferindo-lhe o Regimento esse direito, resta a esta Assembleia aplicar as regras regimentais e dar o devido lugar a essa interpelação.

Nada nos impede, porém, de termos uma opinião sobre a oportunidade da utilização desta figura parlamentar. A este respeito cabe dizer ser opinião do PCP-Açores que uma boa utilização do debate orçamental anularia a necessidade de uma interpelação sobre política geral neste momento.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Pela nossa parte aproveitaremos o tempo que nos é atribuído para proceder a uma apreciação da política do Governo e da acção das várias forças políticas no ano político que agora termina e colocaremos

ainda algumas questões que a exiguidade de tempo atribuída à discussão do Orçamento e do Plano nos impediu de fazer na altura própria.

Para o IV Governo Regional da responsabilidade do PSD este seu primeiro ano de existência foi um ano baço, improdutivo e nada brilhante, em nosso entender.

Foi um ano de **graves dificuldades financeiras**, na sequência da **desenfreada política de gastar dinheiro para ganhar votos** que foi realizada pelo III Governo em 88.

Deputado Artur Martins (PSD): Não apoiado!

O Orador: Foi um ano de **forte insegurança na determinação de objectivos** como aliás é demonstrado pelo facto, assinalado 5ª feira passada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, de se verificar uma enorme redução no investimento previsto para 1990, quando comparado com o determinado para o mesmo ano no PMP aprovado há escassos meses.

Foi um ano de **rotina governativa sem qualquer espécie de rasgo**, nem de modificação de métodos de governação, marcado por uma acentuada falta de iniciativa política, por uma visível falta de coesão interna, com reflexos na Comunicação Social.

Foi um ano de **acentuada ambiguidade política** no que respeita a comportamentos e definições estratégicas, como ficou patente com a correlação entre a tese da "Autonomia Tranquila" e as práticas sempre nervosas de relacionamento institucional, como ficou demonstrado, por exemplo, com o apoio dado pelos Deputados do PSD à Assembleia da República às teses do PSD-Madeira em relação à Revisão Constitucional, em detrimento, aliás, das teses aprovadas por esta Assembleia Legislativa.

Foi um ano de **retrocesso nas preocupações de ordem social com carácter imediato**, como ficou fortemente demonstrado com o quase nulo aproveitamento do trabalho feito pela Comissão para o Programa **Integrado** de Apoio Comunitário de S. Miguel, e com o abandono das medidas anunciadas antes das eleições, como por exemplo, a que dizia respeito a 27 realojamentos no Bairro de Pescadores da Lagoa, anunciados pelo então Secretário Regional do Equipamento Social e que terá agora sido substituída pela venda a preços simbólicos das casas mas sem realojamentos.

Foi um ano **carente de avanços significativos na criação de condições para que esta economia possa subsistir e desenvolver-se no novo quadro criado com a integração euro-**

peia.

A acção governativa, cinco anos depois de ter sido anunciado pelo PSD que estava no fim do ciclo da construção das infraestruturas, e que se ia entrar no ciclo do desenvolvimento, continua a girar à volta da construção de infraestruturas sem ser criada, em geral, uma intervenção pública que abra caminhos certos ao desenvolvimento económico.

O PSD conseguiu, na nossa opinião, transferir do III para o IV Governo a inoperância, a ausência de dinâmica, a falta de perspectivas e de soluções que caracterizaram esse Governo e motivaram a quebra eleitoral que o atingiu.

Este ano de governação ajuda a demonstrar, na nossa opinião, estar sim esgotado o ciclo da governação-domínio que o PSD tem praticado.

Como muitas vezes temos assinalado, o partido maioritário e os seus líderes foram ao longo do tempo transformando o exercício legítimo do poder na realização de um domínio que muitas vezes ultrapassa as fronteiras da legitimidade que a Constituição e as Leis estabelecem.

Domina-se em vez de governar quando se pretende praticar actos para os quais não se tem competência - e muitos actos desses foram tentados ou realizados ao longo dos anos.

Domina-se em vez de governar quando a Lei estabelece prazos para certos actos e não se liga a esses prazos - o caso das leis orgânicas, nomeadamente da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, são um exemplo flagrante.

Domina-se em vez de governar quando se propõe que esta Assembleia aprove um PMP com determinada orientação e sete meses depois se apresenta a esta mesma Assembleia um Plano Anual que desrespeita fortemente essa decisão anterior.

É esta diferença entre governação e domínio que o PSD e os seus líderes não querem ou não sabem ver. Daí resulta uma pesadíssima factura para os interesses regionais, uma vez que pouco ou nada é mudado, mesmo aquilo que obrigatoriamente deveria ser mudado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O ano político que passou, foi, por outro lado, marcado por factos políticos que merecem registo, na medida em que revelam situações e tendências importantes para o evoluir do processo político regional.

A "Presidência Aberta", realizada pelo Presidente da República, teve como méritos fundamentais a reafirmação do portuguesismo deste Povo, e da sua ligação profunda ao Portugal Democrático nascido com o 25 de Abril, e a reafirmação da vontade inequívoca de defender o sistema autonómico sem perversões de cariz centralista ou de índole separatista.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: O claro pronunciamento do Senhor Presidente da República sobre essas questões, ajudou a consolidar a dimensão nacional que a defesa da autonomia tem e retirou espaço de manobra e de acção a todos aqueles que nos anos imediatamente anteriores foram autores ou agentes dessas perversões.

A realização de eleições para o Parlamento Europeu a meados do ano, por um lado evidenciou o enorme afastamento que boa parte da população tem em relação aos problemas que a integração europeia coloca, por outro lado permitiu que transpirassem as graves preocupações que sectores como a lavoura têm neste momento.

A nosso ver, a campanha eleitoral para as Europeias não foi aproveitada para que as questões fossem debatidas em profundidade, mas foi usada sim como apenas mais um momento de actividade política sem ter em conta a gravidade e complexidade do que está em causa.

A CDU, pela sua parte, assumiu um compromisso em 9 pontos com o eleitorado, compromisso esse que está e será sempre respeitado.

Estes dois acontecimentos, a "Presidência Aberta" e as eleições para o Parlamento Europeu - somados à preparação das próximas eleições autárquicas - assumiram relevo no ano político que agora findou. Mas apesar disso fica, em muitos cidadãos descontentes, uma certa ideia de vazio na actividade política deste mesmo ano.

Na visão do PCP-Açores não foram devidamente aproveitadas, por todos, as condições novas surgidas após as eleições de Outubro de 88.

Na primeira metade deste ano o Governo acumulou dívidas a fornecedores, não cumpriu nem de perto nem de longe o programado, ficou com as mãos em boa parte amarradas.

Pelo seu lado várias das forças da oposição não reagiram, mantiveram uma passividade forte, nada fizeram para que os movimentos sociais se intensificassem.

Apenas a proximidade das Autárquicas fez ressuscitar um tanto o maior partido da oposição.

Ao chamar a atenção para este facto pretendo reafirmar de forma clara a posição do Partido Comunista Português, segundo a qual apenas uma forte acção política e social que transforme o descontentamento em força transformadora poderá criar as condições para, que se venham a verificar mudanças a nível do poder regional.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): É uma guerrilha!

O Orador: A postura que faz alternar uma grande inércia com pequenos períodos de actividade e momentos eleitorais, dificilmente será determinante.

A alteração da correlação das forças exige que se alterem as determinantes actuais e isso só poderá ser conseguido com amplas convergências que tenham um sentido transformador.

A luta política não é uma luta de galos.

A transformação política com sentido democrático não tem um conteúdo messiânico.

A bipolarização em torno de dois messias (um, o messias da conservação, outro, o messias apresentado como sendo o da transformação) apenas tem como consequência inevitável a criação de condições para que o conservadorismo triunfe.

Ao invés, todas as forças políticas e sociais que entendem ser necessárias transformações democráticas dever-se-ão empenhar, cada uma com a sua força, a sua expressão e a sua dimensão, nesse sentido.

A diversidade de posições enriquece o quadro alternativo e é garante das transformações que se desejam.

Não se pode é pretender que alguma dessas forças se apague. O PCP-Açores tem dado o seu contributo para a formação do descontentamento e continuará a actuar, hoje e no futuro, para que haja verdadeiras transformações democráticas e não meras mudanças de pessoas que alguns parecem desejar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A terminar estas breves considerações gostaria de deixar ao Governo Regional uma questão que, no entender do meu Partido, é de grande relevância actual:

Que pensa neste momento o Governo Regional dos Açores a respeito das consequências para a nossa economia em geral e para a lavoura em especial, da integração plena na CEE e no Mercado Único de 1993?

Acha o Governo que tem sido feito tudo

quanto é necessário e possível para que não seja criada uma situação gravosa para a nossa economia?

Disse.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há treze anos os Açorianos depositaram esperança no Governo Regional. Normal seria esperar que a descentralização tivesse impacto positivo na resolução dos nossos problemas. Assim o desejávamos todos.

O tempo passou e, como em tudo na vida, aquilo que fazemos ou não, e a forma como nos comportamos em face das mais diversas situações, tem sempre resultados óbvios. Ou conseguimos influenciar as questões a nosso favor, ou nos deixamos levar pela maré dos acontecimentos.

No caso concreto dos Governos Regionais do PSD, já lhe foi dado **tempo mais que suficiente** para mostrar o que valiam. Todos esperávamos que depois de um certo período de tempo se comesse por inventariar as carências essenciais e que as mesmas tivessem sido executadas gradualmente mas com determinação.

No que concerne à agricultura, numa Região onde o atraso era tão evidente, e face à modernização que se impunha, depois de diagnosticado o mal, era natural que se tivesse dotado a Região com infraestruturas essenciais à sua modernização e ao seu desenvolvimento. Porém, tal não aconteceu.

Ideia que se conseguiu espalhar nos últimos tempos, até porque veiculada por alguns deputados da oposição, foi a de que os dinheiros para a agricultura foram insuficientes, - opção política do PSD - e que finalmente o Governo Regional teria alterado a sua posição e como prova disso aí estava o PMP e os Planos Anuais com dotações consideradas satisfatórias, **mas para nós ainda insuficientes**, face às necessidades que temos, e ao facto da agricultura ter sido considerada como área de desenvolvimento prioritário.

Para alguns foi grande a expectativa, não obstante algumas dúvidas se terem colocado desde o início. Seria possível garantir os financiamentos necessários? Teria a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas capacidade de executar o programado?

Foi preciso pouco tempo, apenas um ano, para que o Relatório de Execução nos desse uma resposta, porque a outra já vem dada nos cortes para 90, numa demonstração clara e inequívoca de que este Governo, apesar de

em todos os Planos por si elaborados reconhecer que as infraestruturas básicas são essenciais ao desenvolvimento e modernização da agricultura açoriana, **nunca foi capaz** de implementar medidas de política que dessem resposta a tais necessidades.

Quem não se lembra dos anos iniciais da autonomia, quando por **não ter ideias nem projectos para os Açores**, o Governo Regional consumiu dinheiro ao desbarato.

Para nós as opções dos Governos do PSD ao longo destes treze anos foram sempre **opções envergonhadas, com apoios pecuniários na maioria dos casos geradores de dependências** dificilmente ultrapassáveis e ainda **orientadas na criação duma máquina pesadíssima em todas as ilhas**, que se encarrega de consumir grande parte do orçamento da SRAP, sem ser capaz de responder às questões concretas do sector. É disto exemplo o caso da vinha, que ocupa 60,2% da cultura permanente, onde apesar das últimas acções desenvolvidas e das verbas consumidas ao longo destes anos, a SRAP ainda não é capaz de aconselhar com segurança aos produtores açorianos, uma casta de tinto alternativa ao "cheiro", que responda na prática às necessidades de consumo interno, como se podiam dar exemplos nas culturas industriais, nas tradicionais, na fruticultura, etc..

Efectivamente para além de tudo isto, ao longo destes treze anos, assistimos a um rol de **promessas sucessivamente adiadas e algumas nunca cumpridas**, que acabaram por deixar a agricultura dos Açores, num beco difícil, face aos grandes embates que terá de travar, sendo certo que a estagnação e o atraso em que nos encontramos, em nada favorecem tais lutas, pelo que hoje é com apreensão e algum receio que os agricultores açorianos vêem a sua integração na Europa, até pela ausência de uma política informativa, que teria como função, para além de ministrar ensinamentos essenciais, dar a conhecer o quadro futuro onde terão de se movimentar.

Problemas, como os transportes de mercadorias, afectam todos ou não fossemos uma Região insular que importa quase tudo o que consome e exporta grande parte do que produz.

A ausência de uma política eficaz de transportes marítimos, é uma lacuna que afecta gravemente a economia açoriana e em especial as ilhas menos desenvolvidas.

A insularidade dentro da insularidade, impõe-nos preços diferenciados para os mesmos produtos nas diferentes ilhas da Região, numa

demonstração clara de ineficácia governativa nesta área, essencial ao nosso desenvolvimento.

Tal inoperância, num sector extremamente competitivo como o de lacticínios e seus derivados, impõe, aos produtores e aos industriais, preços diferenciados, quer nos factores de produção, quer até no preço que os agentes económicos acabam por receber pelos seus produtos, onerando a colocação dos mesmos nos mercados externos.

Mas os problemas da agricultura açoriana são muitos e variados.

O emparcelamento não obstante ser um objectivo que se reveste de alguma complexidade, tem decorrido a um ritmo que consideramos demasiado lento, diríamos mesmo a passo de caracol.

Com este andamento não teremos emparcelamento senão quando formos avós. E por isso que o PS preconiza a necessidade de um programa integrado que contemple o emparcelamento voluntário da propriedade rural.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): E a reforma agrária do Alentejo!

O Orador: Sim senhor! E faria bastante bem!

A criação de linhas de crédito com tal finalidade afigura-se-nos essencial.

Já no I Congresso da Agricultura dos Açores, foi defendido com veemência a aplicação à Região de legislação nacional que possibilitasse que os rendeiros passassem a ser proprietários dos terrenos que exploram, bem como o financiamento para acções de emparcelamento (Resolução 159/80).

O Sr. Secretário Regional anunciou, no início deste mandato, que contava trazer a esta Assembleia, ainda este ano, um diploma que possibilitasse a aquisição de terras por rendeiros. Os agricultores dos Açores **aguardam o cumprimento da promessa de V. Exa.** e nós esperamos que esta se estenda, tal como a resolução nacional, ao financiamento para acções de emparcelamento, até como forma de se ir gradualmente resolvendo outro grande problema da agricultura açoriana, que consideramos ser o redimensionamento das explorações com vista a torná-las rentáveis e competitivas.

Mas já que estamos em política de crédito, convém referir, aqui, aquilo que, segundo os esclarecimentos prestados por técnicos do IFADAP; entidade que tem na Região a incumbência de apreciar e aprovar os projectos de investimento, quer pela banca comercial e por técnicos a ela ligados, foi considerado que era chegada a hora da modernização

da agricultura açoriana.

Só que os agricultores desconheciam ainda que os responsáveis regionais **não souberam prever a aplicação prática das leis**, nomeadamente do 797/85.

Não pode o Governo Regional enjeitar as suas responsabilidades nesta matéria. Se é certo que os paliativos introduzidos recentemente procuraram responder a algumas situações essenciais para o desenvolvimento, têm que ser sempre considerados como recurso ao Orçamento Regional. Portanto, é totalmente acertado concluir que a grande expectativa de modernização da agricultura através dos fundos comunitários (797), foi gorada e é altamente responsável pela estagnação actual, para além de representar para muitos produtores açorianos uma total desilusão.

Nalguns casos existem mesmo situações económicas difíceis devido a investimentos feitos ante tal expectativa.

E preciso reconhecer, porque justa a influência nefasta exercida pelo IFADAP nesta matéria, até pela burocracia e afunilamento que exerce sobre os projectos e por critérios desajustados à nossa realidade. Impunha-se a revisão dos regulamentos por que se rege, mas isso são questões, neste momento, do PSD e não sabemos até que ponto **o bom relacionamento** existente entre os dois governos sociais democratas favorecerá - **devia ter favorecido** - os interesses açorianos nesta área.

Ainda sobre o financiamento das empresas do sector, o mesmo é feito de duas formas. Com capitais próprios ou com capitais alheios, ocupando o crédito um papel fundamental ainda que não necessariamente exclusivo no segundo caso.

No domínio do crédito, entendemos ser necessário agir no sentido de estabelecer normas gerais de crédito ao sector, com taxas de juro comportáveis, adaptadas às novas regras de política financeira e monetária e à actual situação criada pela entrada em vigor dos regulamentos comunitários.

A falta de cumprimento das promessas feitas no Plano para 89 no que concerne a subsídios à cessação da actividade, pela ausência de legislação que aplicasse à Região tais apoios, o baixo índice de formação profissional dos agricultores açorianos, o sistema de reformas, o excesso de população activa ainda na agricultura, a revisão da lei do arrendamento rural que se impõe, visto a última feita em vez de ter sido orientada no sentido de viabilizar as explorações, acabou por re-

presentar um recuo para uma terra onde na sua esmagadora maioria as terras estão na mão dos rendeiros (80%), representam para os produtores açorianos um rol de questões numa área onde **abundam os problemas por resolver.**

Para além disto e entre outros assuntos não menos importantes, dois problemas se colocam que, quanto a nós, assumem particular importância: a ausência de uma política de extensão rural e a fixação das quotas leiteiras. Mas a estes assuntos voltaremos noutra altura.

Como resultado de tudo isto conclui-se que nos Açores, como em qualquer lado, o poder acaba por moldar as pessoas e ao fim de certo tempo as máquinas criadas têm vícios que impedem um natural aperfeiçoamento.

O grande objectivo a atingir com uma estratégia de desenvolvimento para o sector agrícola, **que este Governo nunca teve**, deveria resultar directamente da situação do sector, e da necessidade de minimizar as desvantagens dos agricultores açorianos face à integração na Europa.

Assim, transformar uma agricultura em muitas ilhas da nossa Região **ainda estagnada e subdesenvolvida**, numa agricultura **moderna e desenvolvida**, **deveria ter sido um objectivo claramente definido há muito** por um Governo que já detém o poder há treze anos.

Com o aproximar da integração na Europa haverá inevitavelmente um choque que poderia ter sido atenuado se tivéssemos sido capazes de reduzir as nossas desvantagens. Tal não aconteceu de forma satisfatória. Só nos resta dizer como os lavradores açorianos: **Há-de ser o que Deus quiser!**

Tenho dito.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Deputado António Silveira pede a palavra para?...

Deputado António Silveira (PSD): Para pedir esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Pires:

Vou-lhe pedir alguns esclarecimentos.

Quando o Sr. Deputado diz que os agricultores dizem que a agricultura "há-de ser o que Deus quiser", também o Sr. Deputado devia conversar com alguns agricultores que lhe iriam dizer que, felizmente, a agricultura já não é aquilo que foi.

Gostaria de colocar ao Sr. Deputado duas ou três questões:

- O Sr. Deputado concorda comigo que o peso da população activa agrícola na população activa total, bem como o PIB têm ou não vindo a diminuir?

- E verdade ou não que este Governo, embora não tendo feito tudo o que era preciso...

Deputado Duarte Pires (PS): Ainda bem que o reconhece!

O orador: Deixe-me acabar, Sr. Deputado, porque ainda não cheguei lá! Nós aqui já o referimos várias vezes: vivemos dentro da realidade!

E evidente que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, como qualquer outro Senhor Secretário, gostaria de ter muitas mais verbas orçamentadas para a sua Secretaria. Portanto, é só nesse sentido que eu fiz a minha intervenção.

Mas eu perguntaria ao Sr. Deputado se há ou não sinais evidentes por toda esta Região onde nós vivemos - porque às vezes parece-me que o Sr. Deputado não vive nela de que a agricultura está a evoluir, que a agricultura se está a modernizar.

E vou dar-lhe dois ou três exemplos:

- E ou não o projecto alemão, em execução na Ilha do Pico, um projecto capaz de modernizar e desenvolver a nossa agricultura?

- E ou não o projecto da ovinicultura, que este Governo tem desenvolvido e acarinhado em Santa Maria, um projecto para desenvolver a nossa agricultura?

- E ou não verdade que este Governo tem transferido para as Associações da Lavoura actividades que o Governo fazia há bem pouco tempo?

- E ou não verdade que isso é um sinal de que a iniciativa privada e as suas Associações podem ter um papel importante?

Perguntaria ainda ao Sr. Deputado se sabe, por acaso, quanto dinheiro o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, já transferiu em 3 anos para as Associações da Lavoura?

Era só. Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Gaspar da Silva pede a palavra também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Exactamente, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado Duarte Pires, re-

lativamente às quais gostaria de lhe colocar algumas questões, uma vez que trouxe um quadro altamente miserabilista da nossa agricultura, quadro esse em que nem talvez sequer na América Latina se encontra a agricultura.

Assim gostaria de lhe perguntar se, por exemplo, considera que a redução do número de explorações agrícolas de 4.700 em 1977 para 473 em 1985 - portanto, no período de 8 anos uma redução da ordem dos 35,7% obedece a factores de conjuntura?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Isso foi a emigração!

O Orador: Por outro lado, gostaria de lhe perguntar se a diminuição do número de activos na agricultura, de 49.1% em 1974 para 31.4% em 1984 - nós sabemos que agora em 89 isso é da ordem de 23.1% -, se deve também a um factor de mera conjuntura.

Perguntar-lhe-ia ainda se considera que a melhoria de qualidade dos efectivos dos quadros que temos na Região se deve a factores de mera conjuntura.

Deputado Duarte Pires (PS): Já lá iremos!

O Orador: Considera ainda que o nosso índice de motomecanização, constatado de 1.57 tractores em 100 hectares em 1985, se deve apenas a factores de mera conjuntura.

Gostaria que o Sr. Deputado me respondesse a estas quatro questões que acabei de lhe colocar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acompanhei com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Duarte Pires que, de facto, me espantou: eu estava à espera de mais, mas, enfim... Fiquei a saber que o grande problema das vinhas dos Açores é a falta de indicação de uma casta de "tinto".

Gostaria, no entanto, de lhe colocar duas ou três questões.

Como já foram levantadas várias questões pelos meus camaradas de bancada...

(Risos do PS)

... eu vou...

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: O Partido Socialista, por vezes, também chama colegas aos seus colegas e, portanto, não faz mal nenhum.

(Risos da Câmara)

Gostaria, como ia dizendo, de colocar al-

gumas questões relacionadas com o IFADAP e o Regulamento 797, já que foram abordadas pelo Sr. Deputado questões desta natureza:

Para já, gostaria de saber de quem é a responsabilidade do IFADAP na Região.

Deputado Duarte Pires (PS): Já fez essa pergunta uma vez, Sr. Deputado! Vá consultar o Diário das Sessões!

O Orador: Pois é, mas como eu perguntei a outro deputado do Partido Socialista, o Sr. Deputado não deve ter ouvido, sinal de que não percebeu na altura.

Deputado Duarte Pires (PS): Já ouvi!

O Orador: Não sei também se é capaz de me informar quais são os verdadeiros estranhalamentos à aplicação do Regulamento 797 na Região, porque não percebi muito bem o que disse o Sr. Deputado.

Outra coisa que gostaria de perceber (e fiquei entusiasmadíssimo!) é o que é de facto esse programa integrado para o emparcelamento que o Partido Socialista defende, ou seja, gostaria de perceber qual é o programa do Partido Socialista para essa área do emparcelamento.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Pires (PS): E uma coisa que faça andar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vamos fazer perguntas porque quem vive da agricultura conhece-as - ali como o Sr. Deputado Duarte Pires - mas, de tudo, o que ele disse, há uma coisa que me ficou na orelha. Poderei, eventualmente, não ter percebido bem (ou até ouvido bem) e, portanto, gostaria que ele me rectificasse se por acaso não disser a verdade.

Quando falou do emparcelamento, falou do emparcelamento voluntário, mas, logo mais abaixo, quando falou do Congresso da Agricultura Açoriana, citou, julgo eu, uma lei nacional que diz que "as terras exploradas pelos rendeiros devem ser sua pertença".

Eu gostaria que me explicasse qual delas é que é a certa?

Deputado Duarte Pires (PS): Uma lei que faculta a aquisição, o que é diferente!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, eu desejava, se fosse possível, que me desse dois esclarecimentos: o primeiro é em relação aos tempos efectivamente gastos pelo Governo e pelos diferentes partidos,

e o segundo era se me poderia esclarecer o que é que considera ser uma interpelação, ou seja, se numa interpelação...

(Risos do PSD, da Mesa e do Governo)

...está ou não previsto, de acordo com o Regimento, que há um partido interpelante e que há um Governo que é interpelado.

- Está ou não previsto um debate na interpelação?

Esse debate, a fazer-se, suponho eu, deverá fazer-se entre o partido interpelante e o Governo.

- Será ou não efectivamente isto, aquilo que corresponde à figura da interpelação?

Gostaria que o Sr. Presidente, se pudesse, me esclarecesse sobre estas questões, porque o que estamos a assistir aqui é à transformação do interpelante a interpelado pela maioria sobre questões que têm a ver com a política do seu Governo.

Portanto, deve haver aqui alguma confusão, ou do Governo, ou da maioria, ou do Regimento, ao designar por interpelação uma coisa a que chama interpelante e outra a que chama interpelado.

Suponho que estas questões, que são de carácter exclusivamente regimental, poderiam ser, beneficemente para todos, elucidadas pelo Sr. Presidente.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa informa que das 2h e 30m o Partido Social Democrata gastou 12m.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Desculpe, é só para tomar nota.

Presidente: Sr. Deputado, como sempre, quando precisar de elementos da Mesa temos à sua disposição.

Das 2h e 30m do Partido Socialista já foi gasta 1h 14m e 30s - depois da intervenção do Sr. Deputado Duarte Pires.

O CDS não gastou nenhum tempo dos seus 48m.

O PCP, dos seus 32, gastou 12m.

O Governo Regional das 2h e 30m gastou 19m e 30s.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas está a ser interpelado!...

Presidente: Quanto à segunda pergunta que o Sr. Deputado faz, rigorosamente devo considerar a sua pergunta, não como uma pergunta, mas como uma intervenção.

Além disso, o Sr. Deputado não precisa que a Mesa lhe diga o que é uma interpelação, porque é um dos deputados que propõe essa mesma interpelação.

(Risos do PSD e do Governo)

Quanto ao Regimento, devo dizer que o mesmo é claro: os Srs. Deputados têm direito a usar da palavra; estão a exercer esse direito; os Srs. Membros do Governo, quando se inscreverem, também têm direito a usar da palavra - a qual lhes será dada como tem sido também aos Srs. Deputados do Partido Socialista e dos outros partidos.

Suponho que a Mesa - e pedia-lhe que me corrigisse - não infringiu qualquer regra do Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Era para responder à sua última questão.

Efectivamente não posso assacar à Mesa qualquer infracção do Regimento, mas efectivamente o que me parece que estamos a assistir é a uma "subversão" do sentido de uma interpelação...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Agora somos subversivos... só faltava mais esta!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): O barco do PS bateu no fundo!

O Orador: ...com os tais dois protagonistas claramente identificados.

Foi exactamente por essa razão que eu fiz a interpelação à Mesa.

Aproveitava para pedir uma interrupção regimental de 30 minutos.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Mais uma reunião de emergência!

Presidente: Está concedida.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 18,20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recommear os nossos trabalhos.

(Eram 19,10 horas)

Pergunto ao Sr. Deputado Duarte Pires se pretende responder a algumas das questões que lhe foram colocadas.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria muito de responder mas o tempo de que dispõe o meu Grupo parlamentar não o permite.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): O Sr. Deputado ia responder? Oh! que pena!...

Presidente: Assim sendo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria a minha intervenção solidarizando-me com o que aqui foi dito quanto à ineficácia, à dispensabilidade desta interpelação, até pelos aspectos negativos que teve sobre a discussão do Plano, e por verificar que na área da Educação, da Cultura e do Desporto o que aqui foi apresentado está, de facto assente em elementos que estão já por si ultrapassados no tempo, logo inoperativos à partida.

Faço lembrar que nós trabalhamos em triénios, neste momento estamos já com projecções relativas ao triénio que vai até 90, e quanto à execução orçamental muitas das referências que foram feitas em relação ao 1º Semestre, nós já vamos na publicação do 3º Semestre, o que por si só já diz alguma coisa. Mas, enfim, vamos entrar em factos concretos.

Uma das apostas que o Governo fez foi realmente na Educação Pré-Escolar.

- O que é que foi feito na Educação Pré-Escolar?

- Os factos falam por si: nós tínhamos 50 Prés e, como aqui foi referido, nós, neste momento, temos 221 Jardins de Infância; temos uma legislação que é inovadora a nível nacional; temos um número de alunos que só por si é algo de extraordinário, comparado ao que há, tanto ao nível do País, como ao nível da Europa - 20 alunos por Educadora, ao contrário dos 25 que existem a nível nacional e por essa Europa fora.

Efectivamente pergunta-se o que é que se tem investido nas Prés.

Eu respondo com facilidade a essa questão: tem-se investido... e muito! Basta-nos dizer que este ano, em equipamento, nos concursos que a Direcção Regional da Administração Escolar já efectuou - nos quatro últimos concursos os quais envolveram 64 milhões - 19 milhões destinaram-se precisamente à Pré-Escola e ao 1º Ciclo do Básico.

A Direcção Regional de Orientação Pedagógica investiu este ano, e investiu de facto em relação a todas as 221 Prés da Região, fornecendo-lhes, além do que já é habitual, ou seja, dos jogos lego, das plasticinas, das digitintas e de algum material de desgaste, 27 contos e 500 em média, o que se traduziu em 6 milhões.

Pode parecer que não é nada, mas os números, também uma vez mais, falam por si. Lembro também que a Educação Pré-Escolar é supletiva e complementar do papel da família. Ela não constitui, na própria Lei de Bases, algo que esteja apenso à escolaridade

obrigatória de 9 anos.

Cabe às famílias, ao Poder Local, às Autarquias compartilhar este esforço que o Estado vem (e muito bem!) fazendo em cooperação com elas.

Não se queira atribuir ao Estado aquilo que se faz nos ditos países das mais amplas liberdades, que agora vão rebentando por todos os lados, e em que se começa a fazer a cabeça dos miúdos na idade crítica dos 3 aos 7 anos.

Nós temos, felizmente, um regime humanista cristão, não vamos com teorias dessas e, portanto, queremos que os nossos jovens tenham uma educação em que a família não pode ser desresponsabilizada e o Estado, sim, intervém, como diz até a própria legislação, dentro daquilo que lhe compete.

Passando para a área do 1º Ciclo do Básico, também é sabido tudo quanto há de inovador em relação à intervenção, tanto no aspecto físico (recursos humanos e materiais), como até quanto à própria formação dos docentes.

Construíram-se novas escolas, entraram escolas novas em funcionamento, ao contrário do que aqui foi dito (Lajes, Terras, São Carlos, Madalena, etc., são casos), equiparam-se novas escolas e antigas, substituindo material que estava obsoleto - relembro os 19 milhões que foram investidos em equipamento - e procedeu-se a toda uma série de reparações, algumas de grande vulto, em escolas que necessitavam de uma intervenção prioritária, face ao estado de desleixo a que as Autarquias as tinham deixado chegar - algumas Autarquias, felizmente, porque muitas há que sabem cuidar das escolas que lhe são dadas de "mão beijada" pelo Governo.

Essas Autarquias que assim procedem desrespeitam aquilo que está estatuído na legislação que lhes comete, num período mínimo de 2 anos, as conservações indispensáveis a efectuar, tais como, substituir vidros, repor dobradiças, consertar fechaduras, e não fazer o que, sistematicamente, algumas Autarquias fazem, ou seja, deixar cair tudo e então bradar aos Céus e dizer: "Aqui d'El-Rei", venham cá salvar a situação que isto está tudo escaqueirado!

É lamantável que isso aconteça, mas efectivamente algumas Câmaras não assumiram esse papel que por lei lhes está confiado.

Nós transferimos 2 mil contos para a Câmara Municipal de Vila do Porto; transferimos para as Câmaras de São Miguel 12 mil contos para estas obras no Ensino Primário -; para a Terceira 7 mil contos; para a Gra-

ciosa 2 mil contos; para São Jorge 5 mil contos; para o Pico 6 mil contos; para o Faial 4 mil contos e para as Flores 2 mil contos - num total de 40 mil contos. O Corvo terá a sua nova escola - já contemplada no próximo ano - com 6 salas, o que irá, à partida, colmatar qualquer deficiência que porventura exista na actual.

Portanto, aqui está já mais uma resposta em relação ao que foi ou não feito em prol do 1º Ciclo do Básico.

O apoio técnico sistemático e o apoio às dificuldades de aprendizagem têm efectivamente vindo a minorar, de uma forma bastante grande, o insucesso escolar a nível do 1º Ciclo do Básico, com grande satisfação nossa.

Nestes últimos 2/3 anos passámos de 11 docentes para 49, destacados a tempo inteiro, em apoio às dificuldades de aprendizagem, com mais 19 que, neste momento, estão a trabalhar com reduções de tempo lectivo em apoio nos restantes Ciclos do Ensino - 2º e 3º Ciclos do Ensino Secundário e Complementar.

A compensação educativa tem sido explorada ao máximo, e os resultados falam por si. Nós, na verdade, temos vindo a ter progressos que se traduzem nos índices que temos à nossa disposição.

Estas comparações que fazemos têm por base a análise trienal. Assim, em 80, o sucesso no Primário estava nos 67.2%, a projecção para 90 aponta para 72%.

No Preparatório, os 68.3% de 80 traduzem-se em 73.8% na projecção de 89/90.

Pelas razões que são conhecidas, ou seja, pelas dificuldades acrescidas no Ensino Secundário/Complementar, com especial incidência no 12º ano, o sucesso escolar mantém-se à semelhança do que acontece no Continente: à volta dos 70%.

Nós estamos melhor colocados em relação ao 1º Ciclo do Básico, em que a média nacional de insucesso é de 38.5% e no Ensino Preparatório a média é de 33% - números ainda há poucos dias veiculados numa entrevista concedida pelo mais alto responsável pela Educação.

São números que falam por si, a que eu poderia acrescentar outros, dizendo-lhes que - e reportando-me outra vez a 80/81 e 89/90 e às projecções já em curso - transitavam 83% dos alunos do 1º Ciclo do Básico para o 2º Ciclo, portanto para o preparatório, e estão a transitar cerca de 92%.

É bom! Convenhamos que é mesmo muito bom!

Do Ensino Preparatório para o Ensino Uni-

ficado, ou seja, do 2º Ciclo para o 3º Ciclo, dos 68.4% de 80/81 temos uma projecção de 82%, o que traduz um aumento de 14% significativo também neste decénio.

Finalmente, a nível da transição do Ensino Unificado para o Ensino Secundário, em 80/81 transitaram 77.2% e, neste momento, estão a transitar 93.1%.

Não nos venham dizer que os nossos alunos não prosseguem estudos, como nos queriam fazer crer ainda há bem pouco tempo. Eles prosseguem e prosseguem, de facto, de molde a deixar-nos numa posição confiante em relação ao que está previsto quanto ao aumento do nosso parque escolar.

Podemo-nos orgulhar de termos um parque escolar renovado, ao contrário do que acontece com o resto do País. Não é que as desgraças ou os males dos outros nos confortem ou nos consolem - antes pelo contrário. Contudo, é uma simples constatação: nós temos um parque escolar novo, nós temos um parque escolar, a nível do Preparatório e do Secundário, que está equipado com infraestruturas desportivas, ao contrário do que acontece com o parque a nível nacional, onde em entrevista publicada há pouco tempo (em Setembro), se constatava que 40% das instalações do Preparatório e do Secundário não tinham infraestruturas desportivas.

Ora, nós temos infraestruturas desportivas em todas as nossas Escolas do Ensino Preparatório e Secundário, vamos começar a investir este ano a nível de infraestruturas cobertas no 1º Ciclo do Básico. Daí a cooperação que se quer actuante entre as Direcções Regionais que intervêm directamente com os alunos - Educação Física e Desportos, Administração Escolar e Orientação Pedagógica - precisamente com um começo, um arranque, nas 10 Escolas que temos à experiência na Região, em conjunto com as 70 do Continente, que vão actuar na área dos "Novos Planos Curriculares". Essa, sim, a verdadeira peça de toqué, o cerne de toda a reforma, porque efectivamente a mudança dos planos de estudos e a mudança dos programas são o elemento fundamental para a promoção do sucesso e para o crescimento do interesse dos alunos - aliado, com certeza, a uma maior, melhor e mais actuante Formação de Professores.

E por falar em Formação de Professores, não podemos deixar de referir que nós estamos a formar, em média, cerca de 200 professores/ano - o que é muito.

Nós, este ano, tivemos 91 professores a saírem para Estágio Integrado; 31 a inscreve-

rem-se no seu 1º ano de Profissionalização em Exercício e 90 e tal a fazer o seu 2º ano.

E um esforço tremendo a todos os níveis. O Centro Integrado de Formação de Professores foi dotado de verbas para isso, este ano aparece reforçado (aparece com 96 mil contos); o Ensino Superior aparece com 960 mil contos, como aqui foi referido; há verbas mais do que suficientes dentro do Plano para se cumprirem as metas que foram traçadas dentro do próximo ano e para serem atingidas.

Eu diria que, a nível do que tem sido feito nas construções escolares, efectivamente não arrancaram as grandes escolas que deviam ter começado no ano lectivo 89/90. Mas não o fizemos inconscientemente, na medida em que, por razões técnicas e de custos, havia que pôr de parte toda uma série de aspectos supérfluos (e que fique aqui bem claro que eram aspectos supérfluos, muito bonitos, muito decorativos), mas que, face ao realismo com que temos de tratar estas coisas de Educação e o dinheiro que nos é confiado, não se compadece continuarmos por mais tempo a utilizar uma determinada emblemática que foi usada (e muito bem!) numa escola de que nos orgulhamos, com certeza que é uma das melhores escolas a nível nacional, uma escola muitíssimo boa ao nível da Europa, de que todos nos devemos orgulhar, mas devemos, em relação às novas, investir em infraestruturas funcionais, com materiais condignos, como foram agora os ajustados nesta remodelação, sem prejuízo de nenhuns espaços de ensino e com uma economia de verbas significativa.

Vamos arrancar com elas neste próximo ano, e até 92, com os aumentos previstos em todas as nossas Escolas C+S, estaremos à altura de fazer face ao desafio da escolaridade de 9 anos.

Reparem que - só como mais uma achega para aquilo que aqui foi dito quanto ao nível notável de transição dos nossos alunos - eu diria que em Santa Maria, dos alunos que concluíram em 87/88 o Ensino Preparatório e, portanto, pensando já na sua transição para o Unificado - e isto para vos deixar a todos sossegados quanto a esse melodrama que é constantemente feito quanto às escolas e ao que se tem de fazer rapidamente senão isto vai romper-se tudo pelas costuras -, dos 78 alunos que concluíram os seus estudos, 11 não continuaram a fase seguinte:

Em S. Miguel só 346 não o fizeram e concluíram os estudos 1.642;

Na Terceira só 189 é que não prossegui-

ram os estudos, tendo-os concluído 728;
 Na Graciosa só 16 não prosseguiram;
 Em S. Jorge apenas 54;
 No Pico só 38 não continuaram os estudos;
 No Faial só 31 alunos não transitaram para a fase seguinte;
 Nas Flores apenas 14;
 No Corvo apenas 5.

Isto traduzido em termos de escolas novas a fazer-se, como sabem, uma Escola C+S, por exemplo, de 40 turmas, tem 20 salas de aulas normais. As restantes são instalações específicas, como instalações para Educação Física, para Laboratórios e para os Trabalhos Oficiais.

Convém que se ressalte que seriam precisas por ano 17 salas de aula normais, mais 9 salas especiais, ou seja, 26 salas de aula, e teríamos resolvido esse problema tão aflitivo e que parece preocupar tanta gente: da escolaridade dos 9 anos.

Devo dizer que isto está sob controle, o Governo está em cima do acontecimento, sabe o que é que está a fazer, sabe os dados que tem na mão e, portanto, estamos confiantes, plenamente seguros quanto àquilo que se avizinha.

Digo-vos também que há muita coisa mal gerida e nível de instalações, a nível de feitura de horários, que o nosso apoio técnico sistemático tem vindo, com a sua intervenção permanente e actuante, corrigindo, e ainda há-de corrigir mais, porque efectivamente há escolas que estão subaproveitadas, há muito horário que é feito em proveito dos Srs. Professores quando o sistema de ensino deve girar, como todos nós sabemos, em volta do aluno, ou seja, ele é feito para o aluno, e, portanto, há que rentabilizar ao máximo as instalações, há que defender os interesses dos alunos, preservando os interesses mínimos dos Srs. Professores, mas não prejudicando os alunos, face a alguns dos interesses anteriores.

Em relação ainda às grandes reparações que foram efectuadas, uma vez que não foram construídas as escolas, devo dizer que o dinheiro foi investido e foram feitas grandes reparações, tanto em Escolas Preparatórias, como Secundárias, como nos Pavilhões de Educação Física que viram os seus pisos, nalguns casos, rearranjados, as coberturas reparadas e nomeadamente na Universidade, ou seja, na instalação do CIFOP na Ilha Terceira, onde já está a funcionar no próprio Pólo Universitário, investiram-se 8 mil contos.

Em Ponta Delgada investiram-se 190 mil contos no novo edifício que está a seguir ra-

pidamente e onde vão ficar instaladas a Reitoria, a parte das Matemáticas e os Serviços Sociais. Já foram também gastos 60 mil contos no novo espaço que vai ser destinado para salas de aulas e para a biblioteca, e no projecto já foram utilizados 30 mil contos.

Portanto, não nos venham dizer que não se está a investir nada ou a perguntar o que é que se fez ou deixou de se fazer.

Na Horta, para além das tais habitações que aqui foram referidas, ainda no último Conselho do Governo acabou de se proceder no sentido de se expropriar a última parcela de terreno para implantação do CIFOP na Horta.

São efectivamente medidas de fundo que visam uma escolaridade melhor, mais actuante e que são traduzidas naquela outra componente em que o Governo também apostou: o Ensino Técnico-Profissional.

Parece que pelo simples facto de não termos construído escolas que estavam em questão - mesmo que tivessem arrancado no ano que estava previsto só estariam prontas no fim do Plano, ou seja, em 91 porque regula em média um ano para o projecto e terrenos e dois anos para construção - pareceria que nada se fez no tocante ao Ensino Técnico.

Não é assim! O Ensino Técnico-Profissional tem tido um crescimento que nós gostaríamos que fosse muito maior, mas que é comparado àquilo que acontece no resto do País, porque passa por uma mudança de mentalidades, passa por uma outra dignificação das profissões sociais, que levam o seu tempo a fazer.

O Ensino Técnico foi muito denegrido com o 25 de Abril. Terem-se acabado com as Escolas Comerciais e Industriais da maneira como se lhes pôs termo, pondo toda a gente num Ensino Unificado, todo ele voltado para prosseguimento de estudos, deu os resultados de que agora toda a gente se penaliza.

Portanto, nós, a partir de 83, intervimos da melhor forma, tentando reconquistar para o Ensino Técnico-Profissional uma camada da nossa população, e digo-vos que, neste momento, nós estamos a oferecer Ensino Técnico-Profissional em 5 das nossas 6 Escolas Secundárias - e tem-se feito um investimento de milhares de contos. Os cursos que lá se ministram começaram por ser 2 e, neste momento, estamos a oferecer 8; começámos com duas turmas e, neste momento, temos 18; começámos com 42 alunos e, neste momento, estamos com 300 alunos.

São investimentos de alguns milhares de contos em computadores, em Software para

a área da Informática e da Contabilidade e Gestão; são investimentos nas agriculturas agropecuárias que se traduzem em tractores, reboques, frezas, gadanhadeiras, etc., etc., para que se forme um profissional de nível intermédio; são investimentos que na área da electricidade ou da electrónica passa pelos woodímetros, voltímetros, etc., que custam muito dinheiro, e que foram fornecidos e estão nas nossas escolas que ministram o Ensino Técnico-Profissional.

Portanto, aí também estamos perfeitamente à vontade.

Não descurámos, por outro lado, de forma alguma, o problema das Residenciais de Estudantes ou dos apoios a conceder aos estudantes.

Neste Plano eles saem altamente reforçados com a verba de que ainda ontem lhes falei (10 mil contos), e efectivamente a questão que se levantou relativa ao Lar da Nordela que, por instrução do Conselho do Governo, em 87 foi desactivado em relação à sua ocupação por alunos, também encontra-se ultrapassado. O Conselho do Governo, face aos custos elevados das obras previstas e que se teriam de fazer na Nordela, incumbiu a Secretaria da Educação e a Secretaria da Habitação e Obras Públicas de encontrar uma solução alternativa. Ela está encontrada, passa por não se abandonar o projecto de uma nova residencial - que está a avançar -, nós estamos no planeamento prévio, que vai ser entregue, e já está em pleno processo de aquisição uma casa que irá albergar, já no 2º período, face aos trabalhos de complemento que lá irão ser feitos, os 14 alunos que existiam em S. Miguel nessas circunstâncias. Portanto, esta foi outra situação que também foi ultrapassada.

Lembro que, com a Autonomia Universitária, todas as intervenções que são feitas nos Pólos passam pelos superiores desígnios dos órgãos universitários, ou seja, do magnífico Reitor e do Conselho Científico, que são quem decide, face às verbas atribuídas pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, e de comum acordo, a forma de as distribuir.

Portanto, a alusão feita a se eu quereria ou não estar no Departamento de Ciências e de Educação, é algo que passo a quem de direito.

Quanto ao problema levantado àcerca da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, digovos que é um problema que a nova equipa da Educação está a procurar solucionar no menor espaço de tempo possível - problema de Direcção - e o problema de instalação físi-

ca, ou seja, as obras do Convento dos Jesuítas e da Igreja do Colégio, foram alvo de um projecto que foi apresentado a seu devido tempo e que, quando posto a concurso, ultrapassou, como é do domínio público, em larga medida, aquilo que estava previsto como minimamente razoável.

Daí que a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas tenham decidido pedir aos projectistas que dividissem o projecto em três fases - isso já se encontra efectuado para, num novo relançamento do projecto e com ele por etapas, poder-se obter preços melhores, até porque pode concorrer outro tipo de firmas à obra que está prevista.

Temos ainda a referir, em relação aos transportes dos livros, que nos situamos de facto numa posição ímpar a nível nacional - qualquer estudante na Região compra um livro ao preço de capa - e isso o ano passado custou-nos 8 mil, mas este ano vai custar-nos 9 mil contos.

Não sei qual é o problema que o Sr. Deputado Francisco Sousa levantou quanto a custar 30, 40 ou 50 \$ 00 por livro. O que nos interessa é minorar os custos da Educação, fazer com que os estudantes adquiram um livro a um preço mais acessível, o que não se verifica no resto do País.

O problema do pessoal não docente está a ser equacionado, mesmo aqueles 600 e tal trabalhadores que tinham situações pendentes em atraso tudo isso já deu entrada no Tribunal de Contas - há 81 casos que carecem de visto - e essa é outra situação que também fica plenamente arrumada.

Quanto à fixação ou não dos docentes, já tenho dito muitas vezes que, face às prioridades que a Educação tem, não nos compete, depois de termos (ao contrário também do que foi feito no País) investido num subsídio de fixação, continuar a aumentá-lo, na medida em que proporcionalmente, as rendas subiriam em flecha. Compete, sim, às outras entidades intervenientes no processo, nomeadamente as Câmaras Municipais, o Poder Local, ajudar-nos e fazer como dantes - S. Jorge, por exemplo, nas Velas, tinha uma casa para professores com habilitação própria, ou aqui a Horta que deu um bom exemplo para o arranque do Conservatório -, arranjando instalações para professores com habilitação, o que facilitaria muito, com certeza, a fixação dos docentes.

Terminaria, dizendo-lhes que quanto às instalações desportivas estão previstas aquelas obras de que eu vos falei ainda no outro

dia na minha intervenção e relembraria ao Sr. Deputado Francisco Sousa que nunca se falou em "piscinas olímpicas" para as Laranjeiras. Sempre se falou na piscina que lá está, toda a gente sabe que a piscina, com a dimensão que tem, não penaliza os atletas que lá treinam e que podem efectivamente preparar-se - não permite que se faça lá a competição olímpica - mas, repito, podem perfeitamente preparar-se para concorrer aos "Jogos Olímpicos".

Reparem que, mesmo sem "Tartan", nós temos um recordista nacional de salto em comprimento.

Quanto às instalações, quanto ao tipo de relva a adoptar nos parques desportivos ou nos estádios que estão com essa situação pendente, não vamos ter "greens com winter", sim "greens sem winter"; mas vamos ter pistas sintéticas (sintético B) que são tão boas como as que existem em muitos outros países por essa Europa fora.

Gostaríamos muito de ter pistas tipo "Jogos Olímpicos de Munique" ou de "Los Angeles", mas isso ficará para quando tivermos capacidade para tal. Agora, precisamos é de investir com o que temos, viver com o que temos e gerir, da melhor forma, as verbas que nos são confiadas.

Tenho dito.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem! Muito bem! Cilindraste-os!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: A Mesa anuncia que não há mais inscrições.

Assim sendo, e uma vez que não há mais intervenções, vamos interromper os nossos trabalhos.

Recomeçaremos amanhã à hora regimental, esperando que esta noite de acalmia inspire os Srs. Deputados a inscreverem-se.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até amanhã!

(Eram 19,40 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Borges de Carvalho, Henrique Aguiar Rodrigues; CDS - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles).

(Deputado que faltaram à Sessão: PS - Luís Filipe Cabral, Ricardo Barros).

A Redactora Principal: *Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.*